



Instituto Superior de Línguas e Administração

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

O Desenvolvimento Psicossocial de Crianças e Jovens em Risco Institucionalizadas

Docente Orientador: Professor Doutor José Magalhães

Liliana Maria Teixeira Camacho, nº207074

Leiria, Julho de 2012



Instituto Superior de Línguas e Administração

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

O Desenvolvimento Psicossocial de Crianças e Jovens em Risco Institucionalizadas

Liliana Maria Teixeira Camacho

Dissertação de Mestrado submetido para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Psicologia Social e Organizacional, sob a Orientação do Professor Doutor José Magalhães

Leiria, Junho de 2012

Tese de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor José Magalhães, apresentada ao Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Organizacional, conforme o Despacho nº23130/2008 da DGES, publicado na 2ªSérie do Diário da República, em 10 de Setembro de 2008.

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória do meu querido Pai que partiu, mas que está sempre presente na minha lembrança. E que sempre me ensinou a não desanimar perante as adversidades da vida e apoiou para a continuação e progressão dos meus estudos com o objetivo de atingir metas mais elevadas.

À minha mãe e irmã que apesar da minha ausência, deram-me todo o apoio e compreensão para a continuação do meu percurso académico.

Aos meus filhos, em especial, ao Timóteo pelo incentivo e acreditar na mãe.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Magalhães, pela orientação e apoio prestado na realização do trabalho, pelas discussões e reflexões sempre que solicitado. E pela ajuda ao longo da minha caminhada enquanto mestranda.

Às organizações que permitiram e que se mostraram sempre disponíveis para a recolha dos dados.

Às minhas amigas, Ivone Mendes, Margarida Rézio e Ivone Pinto pelo apoio, incentivo e pelas suas opiniões durante o Mestrado.

Às colegas do Mestrado, que partilharam comigo este caminho, Marta Nogueira e Filipa Kingwell pela troca de experiências e pelos momentos de amizade sincera que passamos juntas.

A todos o meu especial **Obrigada**

Resumo

A conceção deste trabalho prende-se com a experiência de alguns meses em contato com crianças e jovens de ambos os sexos, institucionalizados e que simultaneamente permanecem na rua.

Os estudos relacionados com esta temática são escassos, principalmente os que abordam a perspetiva das crianças e jovens de risco. Com este trabalho, pretende-se dar um contributo nesta área e averiguar como e onde se faz a socialização destas crianças e jovens em risco, jovens “desprotegidos”, que buscam alternativas como uma “saída para poderem existir” (Campolina, 2001).

A questão para reflexão é verificar como são sentidas e vividas pelas crianças e jovens os vínculos que estabelecem com as famílias, com as instituições e com a rua. Esta questão leva a refletir sobre o lugar das crianças e jovens na sociedade.

Ao realizar o trabalho, foi utilizada uma metodologia qualitativa, etnográfica, que a mestranda achou adequada às características do seu objeto e objetivos de estudo. Utilizou como instrumentos de recolha de dados a observação e a entrevista e fez uma análise de conteúdo sobre as narrativas dos entrevistados.

A partir dos resultados encontrados e posterior interpretação dos mesmos em conjugação com a literatura científica foi possível obter uma imagem da situação das crianças e jovens em risco em Portugal, com a ajuda das narrativas dos entrevistados. Os percursos de vida destas crianças demonstram a diversidade dos aspetos envolvidos na realidade familiar e da vitimização. As trajetórias de vida das crianças trouxeram questões sobre algumas semelhanças e diferenças entre as crianças e jovens que vivem em situação de risco.

Palavras – Chave: Crianças e Jovens em Risco, Trajetórias de Vida, Família, Institucionalização e Maus-Tratos.

Abstract

The conception of this work concerns the experience of several months in contact with children and youth of both sexes, both institutionalized and at the same time remaining in the streets.

Studies of this subject are scarce, especially those that address the perspective of children and youth at risk. This work intends to give a contribution in this area and find out how and where does the socialization of these children and youth at risk, young "unprotected", seek alternatives as a "way in order to exist" (Campolina, 2001).

The reflection question aims checking how established links with families, institutions and the street are felt and experienced by children and young people. This question raises the issue about the place of children and young people in society.

When performing the work, a qualitative and ethnographic methodology was used, found convenient by the master student to meet the features of its object and fulfill the study aims. The instruments used for data collection were not only observation and interview, but also a content analysis on the narratives of the interviewees.

From the results found and subsequent interpretation of these in conjunction with the scientific literature was possible to obtain a picture of the situation of children and youth at risk in Portugal, with the help of the narratives of the interviewees. The life trajectories of these children demonstrate the diversity of aspects involved in the family reality and victimization. The life trajectories of children brought questions about similarities and differences among children and young people living at risk.

Key-Words: Children and Youth at Risk, Life Trajectories, Family, Institutionalization and Maltreatments.

Índice

Introdução pág.20

1ª Parte – Enquadramento Teórico

Capítulo Um – A Etapa do Desenvolvimento da Infância

1.1-Definição do Conceito de Infância/Criança pág.25

1.2-História da Infância pág.27

1.3-A Adolescência: entre a Criança e o Jovem pág.29

1.4- Realidade Portuguesa pág. 30

Capítulo Dois - Os diferentes Maus-Tratos

2.1-Mau-trato como Problema – Evolução Histórica pág.34

2.2-Definição do Conceito de Maus- tratos pág. 36

2.3-Caraterização e Consequências dos Maus tratos pág. 37

2.4- Fatores de Risco para os Maus-Tratos pág. 39

2.5-As diferentes Categorias de Maus-Tratos pág. 40

 2.5.1-O Mau -Trato Físico pág. 40

 2.5.2-Maus Tratos Psicológicos pág. 40

 2.5.3-A Negligência pág. 43

2.6- Sinais de Alerta para a Sociedade e Profissionais sobre Maus-Tratos Pág. 44

2.7 – Consequências dos Maus-tratos Pág. 45

Capítulo Três – Uma das Medidas de proteção à criança e jovens em risco – A institucionalização

3.1. – Medidas de Proteção da Criança Elaboradas pela Sociedade	pág. 46
3.2. - A Institucionalização: Definição do Conceito	pág. 49
3.3-Breve Resenha Histórica sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens	pág. 50
3.4-A Institucionalização: em que Consiste, Quando e Porquê	pág. 51
3.5-Impacto da Institucionalização nas Crianças	pág. 52
3.5.1-Impacto da Institucionalização ao nível Físico	pág. 53
3.5.2- Impacto da Institucionalização ao nível Emocional/Afetivo	pág. 53

Capítulo Quatro: A Criança e o seu Desenvolvimento

4.1- A Relação de Vinculação	pág. 55
4.2-A Família	pág. 57
4.2.1-A Definição do Conceito de Família	pág. 57
4.2.2-Breve Evolução Histórica do Conceito de Família	pág. 59
4.2.3-Diferentes Estilos de Educação Familiar	pág. 60
4.3- Família e os Maus-Tratos	pág. 61
4.4-Crianças e Jovens em Risco	pág. 63

2ª Parte - Estudo Empírico

Capítulo Cinco - Metodologia

5.1 – Psicologia/Psicologia Social: Os métodos	pág. 65
--	---------

5.2 – Metodologia Etnográfica	pág. 67
5.3 – Metodologia Qualitativa – Razão da escolha	pág. 69
5.4 – Objetivos da investigação	pág. 71
5.5 – Instrumentos de Recolha de Dados	pág. 71
5.6 – Recolha de Dados	pág. 73
5.7 – Caraterização do Universo da Pesquisa	pág. 74
5.8 – Caraterização das Instituições	Pág. 77
5.8.1 – Lar Santa Isabel	pág. 77
5.8.2 – O Internato Masculino de Leiria	Pág. 77
5.9 – Técnicas de Análise	Pág. 78
5.10 – Apresentação e Discussão dos Resultados	Pág. 78
5.10.1 – A Família	pág. 79
5.10.2 – Instituições de Acolhimento	Pág. 85
5.10.3 – A Rua	pág. 90
Considerações Finais	pág. 94
Referências Bibliográficas	Pág. 98

Anexos

Anexos I – Guião da entrevista

Anexos II - Entrevistas

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização em termos de gênero.....	pág.7556
Tabela 2 - Caracterização em termos de idade.....	7556
Tabela 3 - Caracterização em termos de tempo de internamento.....	7657
Tabela 4 - Caracterização familiar - maus-tratos físicos.....	pág.60
Tabela 5 - Caracterização familiar - maus-tratos psicológicos	8061
Tabela 6 - Caracterização familiar - negligência e abono.....	8162
Tabela 7 - Caracterização familiar - situação familiar	8162
Tabela 8 - Caracterização familiar	pág.6482
Tabela 9 - Caracterização familiar	8364
Tabela 10 - Caracterização familiar.....	8365
Tabela 11 - Caracterização familiar	8465
Tabela 12 - Tipo de relacionamento com os funcionários.....	8869
Tabela 13 - A vida nas ruas.....	9173

Introdução

A pesquisa deste trabalho resulta da experiência de alguns meses com crianças e jovens em risco, de ambos os sexos, como observadora num trabalho de investigação realizado na cidade de Leiria.

O conceito, “crianças e jovens em risco”, abrange várias definições provenientes de diferentes áreas do saber. Todas as definições partilham da ideia de que estas crianças e jovens se encontram em situações que poderão colocar em causa o seu desenvolvimento biopsicossocial.

O trabalho tem como objetivo geral compreender, como são sentidas e vividas pelas crianças e jovens os vínculos que estabelecem com as famílias, com as instituições e com a rua. Através das narrativas das crianças e jovens avalia-se as relações entre esses contextos, de modo a investigar o lugar que cada um ocupa na vida destas crianças e jovens vítimas de maus-tratos.

A partir do objetivo geral estabeleceu-se objetivos específicos para este trabalho que são: compreender como as crianças e jovens sentem os seus percursos de vida; perceber como as interações e as representações das crianças e jovens em risco se relacionam com os diferentes contextos familiares a que estão expostos; estudar até que ponto a categoria das crianças e jovens em risco constitui uma realidade homogénea, tendo em conta a eventual existência de trajetórias de vida e vivências diferenciadas.

No caso específico deste estudo, o método etnográfico impôs-se como o mais adequado para alcançar os objetivos delineados. Para a mestranda conseguir apropriar-se da evolução dos percursos de vida das crianças e jovens vítimas de maus-tratos, em instituições ou na rua, foi imprescindível conviver com a população-alvo deste estudo, no espaço onde efetivamente vivem, para analisar como estas crianças e jovens constroem a sua realidade.

A temática da pesquisa resulta do interesse da mestranda em estudar as relações entre crianças e jovens em risco e a inexistência de relações afetivas com adultos de referência. A escolha desta temática, das crianças e jovens em risco, vem desde o início da sua carreira profissional, como educadora de crianças. A seleção do tema deve-se, ainda, à preocupação

em estudar os progressos realizados na área dos direitos das crianças, em particular as que se encontram em situação de risco.

Os estudos relacionados com esta temática são escassos, principalmente os que abordam e se colocam na perspetiva das crianças e jovens de risco. As pesquisas existentes, sobre esta temática falam das condições de vida dessas crianças e as suas famílias, as causas de estarem na rua, as atividades que desenvolvem na rua, mas não se “ouve” o que estas crianças têm para contar.

Uma das dificuldades que a mestranda sentiu no desenvolvimento do seu trabalho de pesquisa foi a limitação a nível de bibliografia recente que abordasse o tema, na perspetiva dos seus objetivos. As publicações que encontrou abordavam o tema de uma forma histórica ou jurídica e não tendo por base a realidade portuguesa. Poucos investigadores portugueses da Psicologia Social dedicaram-se a este tema e a documentação que encontrou em maior quantidade era relativa ao contexto brasileiro.

Outra limitação com que a mestranda se deparou foi a dificuldade das instituições e organismos oficiais facultarem documentação oficial escrita para analisar. As razões apontadas prendiam-se com questões de confidencialidade e proteção do menor.

A prática do mau trato a crianças parece multiplicar-se na era moderna, num contexto de vulgarização e afirmação da violência e de limitação dos Direitos da Criança e do Homem e das Declarações Universais.

Trata-se de uma realidade presente e que faz parte da história do homem e da vida humana, uma realidade produzida e reproduzida ao longo das épocas, sob diferentes formas nas sociedades.

Os atuais estudos sobre a violência doméstica ou violência na família apontam para a sua existência no contexto familiar moderno, sendo este um lugar privilegiado para prática desta. Nas palavras de Giddens (2001), “a casa é de facto, o lugar mais perigoso da sociedade moderna”. O mesmo autor refere que “em termos estatísticos, seja qual for o sexo e a idade, uma pessoa estará mais sujeita à violência em casa do que numa rua à noite” (p. 196)

Para estas crianças a casa é muitas vezes um lugar negativo, de privação emocional e material, é na casa que assistem aos problemas emocionais da mãe com o pai ou padrasto,

vivem o silêncio da ausência do pai, dos maus-tratos e guardam as recordações da violência doméstica. A instituição e a rua tornam-se assim, o refúgio para fugirem do lugar onde reside a violência. A casa em vez de ser um lugar de afetividade, carinho, apoio, de proteção e de convivência, com os seus irmãos e adultos, transforma-se num espaço que provoca sofrimento da qual é preciso fugir.

Uma das respostas proporcionadas pela Sociedade para a proteção das crianças e jovens em risco é a institucionalização. Sendo, no entanto pouco desejável esta resposta devido ao corte familiar e de laços afetivos que “obriga” a criança a efetuar, mas muitas vezes é a alternativa para retirar a criança ou jovem de uma situação de risco.

A Mestranda teve a preocupação em compreender o fenómeno social que como referiu Lucchini (2003), é definido por uma dimensão física - tempo em que a criança passa na rua - e por uma dimensão social -relações ou não-relações com os pais ou outros adultos responsáveis. É através do cruzamento destas dimensões que nos ajudam a compreender a permanência destas crianças nas instituições e na rua como se fosse a sua casa. Foi através da análise destas dimensões que se refletiu sobre toda a problemática que envolve esta população-alvo.

A multidimensionalidade do tema exigiu uma revisão inicial definidora do rumo deste trabalho: a necessidade de encontrar novas formas de apreendê-lo resultou numa abertura a outros campos do saber científico que abordam esta temática. Sendo psicóloga e sem abandonar o seu campo de trabalho, foi em busca do auxílio de outras áreas do saber, suscitada pela necessidade de uma leitura multidisciplinar e de uma metodologia que fosse adequada às características do seu objeto de estudo.

Recorreu, aos saberes da Sociologia, da Antropologia, do Direito, da Medicina e com base nos contributos sobre a Sociologia da Infância (Montandon, 2001; Sarmiento, 2002), reviu a construção da criança como sujeito, dona de um discurso próprio e que deve ser estudada e valorizada, a partir dela própria. Da Antropologia debruçou-se sobre a etnografia como metodologia (Laplatine, 2004; Migueléz, 2005; Sato e Souza, 2001), que considerou uma metodologia importante no estudo dos saberes de uma cultura e ensinou a mudar o conceito do “outro”, como auxiliou na análise e recolha de dados num tema tão sensível como o de crianças e jovens vítimas de maus-tratos.

No campo da Psicologia Social foi buscar inspiração ao interacionismo simbólico (Mead, 1934; Berger e Luckman, 2002; White, 2005; Becker, 1963; Goffman, 2003; Strauss, 1999) que privilegia os estudos monográficos baseados em observação direta, convencida que a experiência humana é mediada pela interpretação. As pessoas não agem com base em respostas predeterminadas a objetos predefinidos, mas sim como seres simbólicos que interpretam, definem e cujo comportamento só pode ser compreendido pelo investigador que se “misture” e ande no seu campo de pesquisa para compreender o modo de funcionamento e de pensar dos intervenientes.

A metodologia qualitativa selecionada busca descrever uma situação social ou um grupo e procura adquirir uma compreensão mais profunda de um dado fenómeno social, destacando-se a importância do olhar do investigador, as percepções e experiências das crianças e jovens, nas suas crenças, emoções e explicações para os acontecimentos que consideram significativos.

O desenvolvimento da pesquisa implicou uma mudança pessoal ao permitir a aproximação às crianças e jovens e pelo esforço efetuado para compreender a forma como reagem ao meio que as envolve, os problemas das suas vidas, entendeu as suas decisões e sobretudo aprendeu a escutá-las.

A temática desenvolvida sobre o Desenvolvimento Psicossocial de Crianças e Jovens em Risco Institucionalizadas, será abordada no trabalho tendo como contextualização o desenvolvimento da criança, a importância do estabelecimento ou não das primeiras relações afetivas, com a mãe e família, e as suas consequências ao longo da sua vida. Na continuação do estudo do desenvolvimento da temática refere ainda o papel da família e dos maus-tratos no desenvolvimento da criança. Assim como as soluções encontradas pela sociedade e Estado, em particular, para proteger as crianças vitimizadas.

Os maus-tratos podem ser analisados de diferentes perspetivas do saber. A análise psicossocial levanta aspetos de ordem cultural e emocional, a nível jurídico questões relacionadas com os direitos e proteção da criança. Na análise médica, o mau trato infantil está diretamente relacionado com as sequelas que o organismo exhibe, relacionadas com a situação que as provocou. A Psicologia Social estuda os maus-tratos e as consequências psicológicas na vítima.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: 1ª parte o enquadramento teórico e uma 2ª parte pelo estudo empírico.

O capítulo I aborda o constructo da Infância, a História da Infância, com a evolução do conceito de criança, e a realidade portuguesa.

O capítulo II analisa o constructo dos maus-tratos e caracteriza-se os diferentes tipos de maus-tratos, uma breve evolução histórica, apresenta os sintomas e as respetivas consequências dos maus-tratos.

O terceiro capítulo reflete sobre uma das medidas de proteção à criança e jovem em risco – A Institucionalização; o que é a institucionalização e quais os impactos da institucionalização para as crianças e jovens em risco.

O capítulo IV faz uma pequena abordagem à teoria da relação de vinculação das crianças e jovens em risco; focando a importância da família e a definição do conceito de crianças e jovens em risco.

No capítulo V é tratada a metodologia adotada para análise da temática das crianças e jovens em risco; os objetivos da pesquisa; a caracterização da amostra; os instrumentos de avaliação; o procedimento e por fim a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Por último, são apresentadas as considerações finais, onde se retoma os objetivos e a discussão sobre os resultados obtidos com o trabalho; é feita uma reflexão sobre os aspetos importantes do presente estudo e apresenta sugestões para futuras investigações.

Capítulo Um

A Etapa do Desenvolvimento da Infância

O reconhecimento da infância como um período específico do desenvolvimento humano e a aceitação de que as crianças constituem um grupo social distinto, dotado de identidade própria ocorre a partir do século XIX (Tomás & Fonseca, 2004). É no final deste século que surgem as primeiras leis de proteção à infância em vários países da Europa.

Os avanços e os contributos no domínio da investigação sobre a infância vão desde a pediatria, psicologia, sociologia passando pela pedagogia. Todos estes contributos foram importantes e decisivos para a mudança sobre a visão, da ideia que se tinha acerca da infância.

No séc. XX começam a adquirir visibilidade os estudos sobre a criança, uma vez que até então elas não eram valorizadas enquanto seres autónomos e interativos, estando sujeitas ao poder da família.

Esta nova construção psicossocial vem chamar à atenção para a importância do seu desenvolvimento, uma vez que as diversas etapas do seu crescimento e as suas vivências irão influenciar todo o seu comportamento futuro.

Sendo recente esta abordagem, não deixa contudo de fazer sentido a compreensão das diversas perspetivas teóricas que ao longo dos tempos marcaram a história do conhecimento da criança.

Neste capítulo é abordado a evolução da definição do conceito de infância, da adolescência e do jovem como períodos do desenvolvimento humano.

1.1 Definição do conceito de Infância/Criança

O conceito de infância vem etimologicamente do latim “*infantia*” e é atribuída à etapa que se estende até aos sete anos de idade. No entanto, a idade cronológica não é suficiente para caracterizar a infância, como afirma o autor Khulmann Jr. (1998, p.16): “Infância tem um

significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda a sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de *status* e de papel”.

Os dicionários de língua portuguesa registam a palavra infância como o período de crescimento que vai do nascimento até ao início da puberdade, por volta dos doze anos de idade. A Convenção sobre os direitos de Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Novembro de 1989, define criança como: “todas as pessoas menores de dezoito anos de idade”. Enquanto, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 delimita a criança até os doze anos e a adolescência entre os doze e dezoito anos de idade.

A evolução do conceito de infância sofreu mudanças ao longo do tempo que estão relacionadas com o contexto social da época em que se vivia e da evolução dos contributos provenientes dos estudos realizados. Desses estudos surgiram preocupações provenientes dessas investigações, nomeadamente as preocupações referentes com a proteção das crianças e com tentativa de explicar os comportamentos das crianças que são alvo de maus tratos.

No século XIX surgiu a noção da criança associada como ser humano com emoções e sentimentos e necessidades, criando uma nova conceção de infância no século XX. A autora Ana Frota (2007) num dos seus artigos cita os autores Dahlberg, Moss, e Pence (2003) referindo que para estes autores as novas conceções de infância e de criança apontam para a aceitação de uma multiplicidade e um devir que não se fecha em si mesmo. Segundo os autores, o projeto defendido e sustentado pela Modernidade compreende o ser humano totalmente realizado, maduro autónomo, livre e racional, que busca a razão e a felicidade.

A mesma autora Ana Frota (2007) transmite a ideia de que existe, por parte da sociedade a noção de que a infância resume-se a um período em que a criança é um ser feliz, despreocupado, com condições propícias para o seu desenvolvimento, ou seja, a infância é considerada o “melhor tempo da vida” do desenvolvimento humano. Deste modo, como refere existe uma leitura do senso comum que costuma colocar a criança como vivendo o melhor momento da vida.

O teórico Sciliar, (1995) citado pela autora Ana Frota (2007) discute a multiplicidade de infâncias na contemporaneidade, deixando clara a construção histórica da infância. Para o

referido autor (Sciliar) aquela ideia tão difundida da infância como um tempo de felicidade, não é possível garantir para todas as crianças.

A autora Ana Frota (2007) refere que as ideias de “tábua rasa”, “habitante do paraíso” entre outras definições, são ideias apresentadas por muitos estudiosos que deixam transparecer uma “imagem em negativo da criança”. A autora, Cohn, (2005) alerta-nos para a necessidade de se entender a criança e o seu mundo a partir do seu ponto de vista.

Para Ariés, a preocupação com as necessidades e especificidades da infância, datam do século XIX. Até então, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura ou pequenos adultos. Os cuidados especiais que eles recebiam, quando recebiam, eram reservados apenas aos seus primeiros anos de vida, e aos que eram de uma classe social e economicamente mais elevada. A partir dos três ou quatro anos, as crianças já participavam das mesmas atividades dos adultos, trabalhos forçados nos campos, ou eram alvo de atrocidades praticadas pelos adultos, não parecendo existir nenhuma diferença entre crianças e adultos.

Os séculos XVI e XVII, como demonstra Ariés, esboçam uma concepção de infância centrada na inocência e na fragilidade infantil. O século XVIII inaugurou a construção da infância moderna, assumindo o signo de liberdade, autonomia e independência. O mesmo autor, Ariés (1978), historiador francês afirmou que a infância foi uma invenção da modernidade, podendo-se considerar que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, económicos, geográficos, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade.

1.2 História da Infância

Na Antiguidade, as crianças eram vistas como seres indefesos e sem capacidade de dirigirem, organizarem os seus afetos. Na época Medieval, o adulto via na criança um pequeno homem que viria a ser um homem completo.

Ariés defende duas teorias sobre a infância: na primeira, afirma que a sociedade tradicional da idade média não via a criança como um ser distinto do adulto. A segunda teoria indica a transformação que a criança e a família passam, ocupando um lugar central na dinâmica

social. Com esta transformação, a família tornou-se o lugar da vivência da afetividade, necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, o que não existia antes.

A autora Cohn, (2005), destaca o trabalho de Ariés, uma vez que, na opinião desta antropóloga, é importante partirmos da compreensão histórica da infância, para que na atualidade, os direitos da criança sejam entendidos a partir dessa compreensão e formação do conceito de infância.

O historiador Heywood (2004) mostra, no seu trabalho, que havia uma infância na idade média, mesmo que a sociedade não tivesse tempo para essa criança. Nos séculos XVI e XVII, Heywood (2004) afirma que já existia “uma consciência de que as percepções de uma criança eram diferentes das dos adultos”. (p.36-37).

No Ocidente houve um movimento de particularização da infância que ganha força a partir do século XVIII. Criam-se novas necessidades sociais nas quais a criança é valorizada, passando a ocupar um lugar central na dinâmica familiar. A infância e a criança tornam-se objetos de estudo e saberes de diferentes áreas, constituindo-se num campo temático de natureza interdisciplinar. Independentemente da forma como era olhada, da posição teórica que se tinha sobre a infância

O século XX marca a viragem na mudança do conceito da criança. Neste século, como refere Canha (2002), entende-se a criança como “(...) um ser social, integrante e parte preciosa da sociedade” (p.22). Foi a partir do século XX que as crianças tiveram o privilégio de verem os seus direitos defendidos.

Nas palavras do autor Alberto (2004) “(...) Há uma evolução histórica na atitude face à criança. Esta evolução processa-se de uma imagem da criança enquanto propriedade do adulto, para uma perspectiva que realça as características específicas desta fase de desenvolvimento” (pp.29-30).

Ultrapassada a discussão sobre a comparação entre criança e adulto, Andreoli (2003), sublinha que esta é “uma verdadeira revolução”, o passar da criança de um ser sem identidade e sem uma precisa colocação social, a um indivíduo com direitos.

Para Andreoli (2003), a verdadeira mudança ideológica ocorre com a aprovação, pela Assembleia das Nações Unidas, da Convenção dos Direitos da Criança em 1989, altura em que esta passa a ser encarada como pessoa, sendo-lhe reconhecido os seguintes direitos: da

individualidade; da personalidade e de defesa da sua proteção e liberdade. No art. 19 pode-se ler “ Toda a criança tem o direito de ser protegida de todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual.” Em Portugal a “Declaração dos Direitos da Criança” foi ratificada em 21 de Setembro de 1990.

Nesta declaração ficaram acordados os 54 artigos que referem os direitos e a proteção que as crianças têm direito. No século XX há o início da celebração do Dia Mundial da Criança a 1 de Junho e aparecem várias organizações e associações com a finalidade de apoiar as crianças, como por exemplo, a UNICEF, fundada em 1946.

1.3 A adolescência: entre a criança e o jovem

A adolescência é um processo com características próprias, dinâmico, que marca o momento de passagem entre a infância e a idade adulta. Os adolescentes entram numa nova fase existencial. A palavra adolescente significa em latim «crescer», indicando um período de mudanças. Atualmente todo o desenvolvimento humano, em especial a adolescência, é caracterizado a partir de uma perspectiva biopsicossocial (Sprinthall 2008).

O drama da adolescência reside no facto de que não se é criança mas ainda não se é adulto na plena aceção da palavra. O adulto tem direitos bem reconhecidos legalmente assim como a criança tem também o seu estatuto e os seus direitos.

O primeiro trabalho científico a ser publicado dedicado ao estudo psicológico da adolescência - *Adolescence* - foi escrito pelo americano Stanley Hall, em 1904. Stanley Hall (1844-1924) foi o pai do estudo científico da adolescência. Este autor definiu a adolescência como um período de tempestade e tensão. Para este autor, o adolescente opunha-se à criança pela intensa vida interior, pela reflexão sobre os sentimentos vivenciados.

Vários autores e também a própria Organização Mundial da Saúde defendem que o período cronológico da adolescência vai dos 10/11 anos aos 19/20 anos (OMS) ficando concluída, quando o jovem concretizar uma série de tarefas, ditas desenvolvimentistas, que se expressam, tanto no plano intelectual, na socialização, na afetividade quer na sexualidade (Cameron, 2004).

A antropóloga Margaret Mead (1928) que também estudou os adolescentes concluiu que quando as culturas proporcionam uma transição suave e lenta da infância à vida adulta, poucos conflitos interiores e estresse estão associados a este período do desenvolvimento humano.

Ao nível do desenvolvimento social, inclui o processo de aprendizagem de padrões de comportamentos e de atitudes, de acordo com as regras e as expectativas dos vários grupos sociais a que o jovem pertence (Bizarro, 1999). As mudanças que se operam no pensamento do indivíduo vão refletir-se na forma como ele concebe e organiza a relação com os outros.

O processo de desenvolvimento do adolescente envolve modificações nas relações entre o jovem e os múltiplos níveis do contexto em que o jovem se encontra. A adolescência representa um período de riscos mas também um período de oportunidades para experiências de aprendizagem que proporcionam um desenvolvimento equilibrado e de bem-estar. (Remédios, 2010).

Estudos feitos pelos psicólogos Cooper e Gratevant (1984) in Remédios (2010) concluíram que a presença de uma atmosfera familiar, que promova tanto a individualidade quanto a vinculação é importante na formação da identidade do adolescente. Sabe-se que as condições familiares e culturais poderão fomentar, atrasar ou precipitar o desenvolvimento do adolescente.

Os contextos são influenciados por fatores históricos, económicos, sociais e culturais, (Taylor, 2004). O desenvolvimento de cada adolescente ocorre tendo por base os diferentes contextos que incluem: contexto familiar, social, escolar e dos amigos. (Santrock, 2003).

1.4 Realidade Portuguesa

No estudo da infância em Portugal constata-se que este se limitava à criação de casas/hospitais para acolher as crianças. O autor Lopes (1993) refere que a relação da sociedade portuguesa com as crianças conduz-nos aos finais do século XIII, quando surgiu o primeiro hospital para crianças órfãs – o Hospital dos Meninos de Lisboa.

Nos séculos XIV e XVI, foram criados outros Hospitais, em Santarém e Lisboa, dirigido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Em 1780 foi criada a casa Pia de Lisboa, que inicialmente acolhia mendigos de todas as idades e que passou mais tarde a acolher e educar jovens.

Em 1834, surgiu a associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, cujos estabelecimentos se espalharam por todo o país, e que amparavam órfãos ou crianças abandonadas. Estas Instituições procuravam também socorrer crianças pobres com família.

Em Portugal as casas de correção de menores abriram em Lisboa em 1872 para rapazes e em 1876 para raparigas e no Porto em 1902, segundo o autor Santos, (1996, p.193), citado por Lopes (2004, p.57).

Verifica-se que os conceitos sobre situações de risco, comportamentos de risco começam a fazer parte do pensamento tanto dos teóricos, como da sociedade em geral, nos finais do século XIX.

Portugal, do ponto de vista legal, foi um dos países pioneiros a adotar a legislação específica para a proteção dos menores, nomeadamente o Decreto-Lei de 27 de Maio de 1911. Em 1974 surgem as condições legais e sociais para serem implementadas as medidas nos sistemas para proteção dos menores. Neste ano, foram fundadas as creches e jardins-de-infância, devido ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho (Tomás et al., 2004).

O Ano Internacional da Criança, 1974, foi o marco na viragem para novas perspetivas sobre a infância e contribuiu para o aumento da análise dos problemas em relação à infância. O aumento da preocupação em relação à infância deve-se ao envelhecimento da população portuguesa o que levou ao estabelecimento de medidas de proteção às crianças.

Em 1999 é criada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, que entra em vigor em Janeiro de 2001. Esta Lei tem como principal objetivo “a promoção dos direitos e a proteção da criança e dos jovens, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento”.

Para prevenir e tratar as situações de perigo, esta lei consagra um conjunto de princípios orientados na proteção do menor. Estes princípios são direcionados, não só às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais, como também às entidades ou instituições com competência em matéria de infância e juventude (Magalhães, 2002).

Uma das funções do Estado, segundo a literatura, é a de garantir o apoio às famílias que não têm possibilidade de assegurar a satisfação das necessidades básicas aos seus filhos (Gabel, 2000; Tomás et. al 2004).

Estas e outras referências existentes em documentos legais de proteção à criança e jovens e ao cidadão mostram a sensibilidade do sistema jurídico português para com a problemática dos maus tratos infantis, nas suas várias formas, quer a nível da negligência, quer do abuso físico e sexual, como a nível do trabalho infantil, nomeadamente na Constituição Portuguesa.

Capítulo Dois

Os diferentes maus-tratos

Os fenómenos de mau-trato, negligência e abuso efetuados sobre crianças e jovens têm merecido uma atenção crescente por parte dos investigadores, dos técnicos que trabalham com as famílias e as crianças e uma preocupação de toda a sociedade.

Numa sociedade em constante mudança em que as relações sociais são orientadas pelos interesses económicos, em que o apelo ao consumo de bens não prioritários se torna um imperativo. Não é de surpreender que cada vez mais se fale de violência, cada vez mais visível, reconhecida e mediatizada.

Paralelamente emergem no seio das famílias, muitas vezes de forma calada e silenciosa, as mais diversas formas de violência que marcam e perturbam o normal crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens.

Os danos provocados pelos maus-tratos são muitos e deixam sequelas que marcam de forma irreversível o desenvolvimento da criança e jovem.

A exposição constante da criança ou mesmo do jovem a ambientes de violência provoca a interiorização de modelos de vida deturpados que conduzem a relações perturbadas, capazes de perpetuar o ciclo geracional de violência.

Canha, (2000), refere que o mau -trato frequente durante a infância pode causar problemas neurológicos e produzir sequelas para o resto da sua vida. Regista a mesma autora que o mau -trato frequente na infância pode facilitar a aquisição/interiorização de comportamentos desviantes que podem ser perpetuados, conduzindo a défices relacionais com a conseqüente transmissão geracional do mau -trato.

Neste capítulo será abordado os diferentes comportamentos prejudiciais e as conseqüências para o crescimento e desenvolvimento da criança e jovens expostos a esses comportamentos, as respostas que a sociedade e o Estado oferecem a estas crianças para as protegerem, em particular a institucionalização.

2.1 O Mau -Trato como Problema – evolução histórica

Os fenómenos de mau -trato, negligência e abuso sobre crianças começaram por interessar peritos em medicina forense, pediatria e saúde pública. O conceito tem variado ao longo dos tempos, nas diversas civilizações.

As primeiras definições de mau -trato, negligência e abandono foram formuladas sob três perspetivas: a jurídico-legal, a das instituições de intervenção social e a médica (Calheiros, 2002).

Os maus -tratos estes sempre existiram. Ao longo dos séculos houve sempre a preocupação em construir uma sociedade mais conhecedora dos direitos das crianças, fazendo com que os adultos preocupassem-se mais com o bem- estar das crianças. A sociedade começou a estar mais atenta a determinados “sinais” que antes eram ignorados.

Atualmente, os maus -tratos são vistos como cruéis, mas na Antiguidade eram vistos como comportamentos aceites pela sociedade. As crianças sempre foram abandonadas e podiam, ser vendidas como escravas. O autor Victor Reis (2009) reforça a ideia de que as crianças foram durante muitos anos, vítimas de abandono, vendidas como escravos e exploradas sexualmente.

O mesmo autor refere ainda que é com o aparecimento do Cristianismo que surge uma mudança na atitude da sociedade para com as pessoas mais frágeis. O imperador Constantino, o autor da primeira lei contra o infanticídio, influenciou o percurso histórico da questão da violência e abuso exercidos sobre a criança através do reconhecimento dos seus direitos. (Diaz,1997).

Na Grécia, os primogénitos eram sacrificados com o objetivo de agradarem aos deuses para estes protegerem e darem a honra da vitória no campo de batalha aos pais. Na Idade Média predominavam os castigos severos, como forma de disciplinar as crianças.

Nos séculos XIV e XVII, as crianças eram entregues a uma ama. Surgem, algumas Instituições com o objetivo de proteger as crianças.

O século XVIII surge como uma época onde são criadas condições de higiene/sanitárias mais corretas, diminuindo a mortalidade infantil. Durante a segunda metade do século

XVIII surgem outros contributos ao nível da proteção da criança nomeadamente com Rousseau, precursor da psicologia infantil, que defendeu o fim do castigo corporal, declarando que as crianças eram inocentes até serem corrompidas pela sociedade.

O autor Victor Reis (2009) refere que no século XIX verificam-se mudanças nas estruturas sanitárias e educativas. Ao longo do século XIX, começam a aparecer as primeiras referências a maus-tratos em revistas científicas. A primeira monografia sobre a síndrome da criança batida surgiu em 1860 sob o título: “Étude médico-légale sur les mauvais traitemens exercés sur les enfants” pela mão de Ambroise Tardieu, professor da Medicina Legal em Paris.

Kempe, pediatra norte-americano, em 1962, define como situação de mau -trato, situações em que as crianças sofrem agressões físicas, provocadas pelos pais ou seus substitutos. O artigo traduz uma grande maturidade de conhecimentos sobre o assunto, não se limitando a dar uma definição, mas descrevendo os fatores de risco, as manifestações clínicas, os diferentes tipos de maus tratos, as manifestações radiológicas e enumerando os dados que devem fazer parte do seu diagnóstico.

Meadow, em 1989, considera que uma criança é maltratada quando “ o seu tratamento pelo adulto é considerado inaceitável, para uma determinada cultura, numa determinada época” (p.1-4), ou seja, as crianças são tratadas de modo diferente consoante a época, o país ou região, segundo conceitos culturais ou religiosos.

A nível internacional têm-se desenvolvido esforços conjuntos para um maior conhecimento do fenómeno a fim de se adotar medidas de proteção às crianças e encontrar estratégias de prevenção de situações de risco (Soares, 1998).

Em Portugal, segundo Magalhães, (2005), a questão dos maus -tratos, é debatida desde 1911, mas foi durante a década de 80 que surgem outros estudos sobre o tema por influência e reconhecimento das Convenções Internacionais sobre os Direitos da Criança. No ano de 1986 realizou-se em Lisboa, a primeira reunião subordinada ao tema da criança maltratada.

Em 1983, cria-se o Instituto de Apoio à Criança (IAC) tendo como principal missão o de contribuir para o desenvolvimento integral da criança, por meio da defesa e promoção dos seus direitos. No ano de 1988, a linha telefónica - SOS Criança - permite a denúncia da violação dos direitos da criança, de forma anónima para proteção da criança.

No ano de 1991 foram criadas as Comissões de Proteção de Menores, instituições, oficiais, com sede nas autarquias locais, integradas por representantes dos tribunais, técnicos do serviço social, médicos e elementos da autarquia e da comunidade.

2.2 Definição do Conceito de Mau -Trato

Os estudos sobre a definição de mau -trato, dão-nos a conhecer a existência de uma variável, que não teve a mesma relevância ao longo do tempo: o conceito de atos de maus -tratos. Hoje, surge a necessidade de desenvolver definições concetuais e operacionais sobre as várias formas de mau trato e de negligência, apesar de os investigadores possuírem essa preocupação e sensibilidade (Manly et al, 1994).

Na perspetiva médica, a definição de mau -trato está relacionada com o diagnóstico e o comportamento relacionado com o mau -trato é visto como sintoma da patologia parental. Os diagnósticos médicos são bastante objetivos, apesar de restritos. O autor Calheiros (2002) refere que estes diagnósticos são claros para a comunicação do tipo de ocorrências para efeitos legais. Segundo a visão sociológica a visão médica é necessário, tendo em conta as condições parentais, o contexto das práticas parentais e os padrões da comunidade (Calheiros, 2002).

Hoje, encontramos na literatura definições de maus -tratos com carácter abrangente, que procuram considerar todas as situações possíveis de maus -tratos. A autora Magalhães (2004) define maus -tratos como: “ qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder” (p.33). A mesma autora refere também que os maus -tratos podem expressar-se por comportamentos ativos, quer físicos, emocionais, ou por comportamentos passivos que se traduzem por omissão ou negligência nos cuidados da criança. O autor Martins (2002) diz que os maus -tratos definem-se como: o insucesso na garantia do bem-estar físico e psicológico da criança, necessário ao seu desenvolvimento saudável e harmonioso.

Os maus -tratos, quer sejam físicos, psíquicos e sociais afetam a criança que deles é vítima, por ação ou omissão das pessoas que cuidam delas, ou daquelas com quem vive e da comunidade em geral.

Estas definições traduzem de alguma forma a evolução histórica na atitude face à criança, que remete para a consideração das suas necessidades específicas bem como para os seus direitos como cidadãos.

2.3 Caraterização e Consequências dos Maus- Tratos

O tema dos maus -tratos infantis é um fenómeno complexo e multifacetado, sempre com repercussões negativas no crescimento, no desenvolvimento, na saúde, na segurança, na autonomia e dignidade dos indivíduos. Por ser um fenómeno complexo, é difícil estabelecer um critério único que nos permita definir com correção ou com consenso o conceito de maus -tratos.

O autor Gil (1969), citado por Canha (2000), caracterizava os maus -tratos como o ato intencional, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições, ou sociedades, que privavam a criança dos seus direitos e liberdades e dificultavam o seu desenvolvimento. O autor Figueiredo (1998) refere que o mau -trato infantil é um problema de saúde física, de bem-estar psicológico e representa situações adversas ao desenvolvimento que pode acontecer durante a infância.

Segundo alguns estudos, as consequências dos maus -tratos são, de acordo com os autores Canha (2002); Cicchetti, Toth e Lynch (1995), o desenvolvimento de um padrão de vinculação desorganizado, com défices no desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, físico e sexual, dificuldades na regulação emocional, na autoestima, problemas interpessoais em contexto familiar.

Segundo Cicchetti (2002), os maus -tratos podem, apresentar consequências no aparecimento de sintomas dissociativos, uma propensão para o suicídio e desenvolvimento de perturbações psicológicas, quer na infância, quer na fase adulta, segundo Green, (2003), citado por Gustafson & Sawyer, (2004).

A autora Benavente (2007) refere que as consequências de maus -tratos repercutem-se em várias dimensões na criança, entre as quais se destacam as dificuldades ao nível físico, no funcionamento cognitivo, nos processos de memória, no desenvolvimento emocional e da linguagem.

As consequências dos maus -tratos no domínio físico constituem o que mais evidencia a existência de mau -trato infantil. Ao nível do domínio afetivo parece ser consensual entre os autores que se debruçam sobre este tema que as características do mau -trato afetivo são: baixa auto -estima; sensação de medo e insegurança normalmente acompanhada com sentimentos de angústia e raiva. No domínio comportamental são frequentes os comportamentos auto - destrutivos que contrariam as regras.

As crianças vítimas de maus -tratos demonstram dificuldades na perceção e aceitação de normas sociais e morais, dificuldades de relacionamento interpessoal, desenvolvendo, por vezes, condutas anti- sociais.

Os autores Spitz (1950) e mais tarde Gardner em 1972 realizaram vários estudos em instituições que mostraram atrasos significativos de desenvolvimento, tanto em termos físicos como comportamentais. As vulnerabilidades observadas sob o aspeto físico demonstram que a interação psicológica com o prestador de cuidados é essencial para o desenvolvimento saudável da criança.

A autora Benavente (2007), procura verificar os efeitos bio - fisiológicas de maus -tratos em crianças institucionalizadas, para tal efeito menciona estudos com crianças de orfanatos. Do ponto de vista cognitivo, o atraso observado nessas crianças institucionalizadas parece indicar que aquele tipo de colocação institucional impediu que a criança efetuasse aquisições importantes, num período sensível do seu desenvolvimento.

Nas palavras de Magalhães (2002), os maus -tratos no seio da família são aqueles que têm consequências mais graves para as crianças, porque acontece um rompimento de confiança e perda do sentimento de segurança familiar, o que provoca uma ameaça para o seu desenvolvimento.

2.4 Fatores de Risco para os Maus- Tratos

Existem algumas características que podem levar ao aparecimento de maus -tratos, os denominados fatores de risco. A definição para fatores de risco, dada por Magalhães (2002), são “quaisquer influências que aumentam a possibilidade de ocorrência ou de manutenção de maus -tratos” (p.45).

A autora refere que podemos agrupar os fatores de risco em quatro grupos:

I - características dos pais (o alcoolismo, toxicodependente, vítimas de maus -tratos na infância, perturbações no processo de vinculação com a criança...);

II - características das crianças (separação da mãe no período neo -natal, crianças hiperativas, perturbação da saúde mental ou física...);

III - características do contexto familiar (gravidez indesejada, famílias monoparentais, isolamento social...);

IV - características do contexto social e cultural (atitudes sociais face às crianças, às famílias e à conduta violenta).

As pesquisas realizadas mostram que existem alguns fatores de risco que levam à prática dos maus -tratos: o desemprego, a baixa remuneração, a não preparação para a maternidade, o alcoolismo, entre outros, segundo Deslandes, (1994); e Benetti, (2002).

Temos ainda os fatores sociais as condições de pobreza, as más condições habitacionais, a baixa instrução escolar, a existência de promiscuidade e um estilo de vida desorganizado favorecem o aparecimento de maus-tratos.

O autor Alberto (2004) apresenta outro conjunto de fatores de risco para os maus -tratos: stresse, problemas económicos, conjugais, relações de trabalho, nascimento de outros filhos...

O fator de risco físico parece ser o mais fácil de definir, por ser verificar de forma mais objetiva que o fator de risco psíquico; onde muitas vezes não existem provas evidentes do mesmo. O fator de risco físico poderá resultar, a curto ou longo prazo, em qualquer prejuízo para a integridade física, para uma saúde plena da criança.

2.5 As diferentes categorias de Maus – Tratos

De entre as diversas categorias de maus -tratos pode-se encontrar o mau -trato físico o qual se encontra mais documentado, por ser mais fácil de identificar devido às consequências físicas visíveis que provoca nas suas vítimas. Os outros tipos de maus -tratos são mais difíceis de estudar, mas são os que provocam mais sofrimento na criança que se podem prolongar para a sua vida adulta.

2.5.1. O Mau -Trato Físico

A definição mais frequentemente utilizada é que, o mau -trato físico abrange os atos cometidos pelo prestador de cuidados em que há contato físico com a criança e dos quais resulta danos físicos (Calheiros, 2000). Quando a definição se baseia nas consequências dos atos do adulto, o critério normalmente utilizado refere-se aos ferimentos no corpo, desde hematomas a lesões que poderão pôr em risco a vida da criança (Knutson, 1995). O seu diagnóstico requer exames médicos da vítima e uma avaliação social da família, que deverá ter em conta os contextos sociais e os fatores culturais do meio envolvente.

Os maus -tratos físicos infantis apresentam-se como um problema que têm repercussões nas reações psicológicas, afetivas e sociais do desenvolvimento da criança.

2.5.2. Maus -Tratos Psicológicos

Os maus -tratos psicológicos ou emocionais tornaram-se alvo de estudo e intervenção posteriores. No aspeto psicológico, considera-se, que existe uma situação de risco sempre que uma criança passa por um sofrimento mental desproporcionado em relação às suas capacidades de o suportar.

Magalhães (2002) considera que os maus -tratos psicológicos são um ato de natureza intencional e surgem da incapacidade da família em proporcionar à criança um ambiente de

tranquilidade, segurança, e afetividade, indispensável a um crescimento e desenvolvimento emocional equilibrado.

O mau -trato psicológico ou emocional representa a categoria mais debatida cientificamente e aquela que apresenta mais problemas na sua definição, devido às dificuldades encontradas na caracterização das atitudes parentais que a compõem e nas consequências que traz para a criança.

No entanto, parece haver consenso relativamente à existência deste tipo de mau -trato em todos os casos de abuso, afetando as diferentes dimensões do desenvolvimento psicológico da criança (Calheiros, 2002). O mau -trato psicológico pode, ocorrer independentemente da existência de mau trato físico.

A falta de consenso nas definições e avaliação da gravidade do mau -trato psicológico traduz-se na dificuldade em diagnosticar este tipo de abuso. Raramente as vítimas de mau-trato são sujeitas a uma única forma de abuso, estando o mau -trato físico e o abuso sexual ou a negligência inevitavelmente associados ao mau -trato psicológico. Frequentemente, a deteção de mau -trato psicológico é posterior ao reconhecimento da existência de mau -trato físico (Calheiros,2002).

O autor McGee e colaboradores (2000) referem que o mau- trato que não envolva contato físico por parte do abusador, nem consequências físicas sobre as crianças, é designado por mau -trato psicológico. Como exemplos, referem: rejeitar, depreciar, aterrorizar, isolar, explorar, e negar resposta emocional à criança. Estes autores consideram que qualquer ato de hostilidade por parte dos pais deve ser considerado um ato de abuso psicológico independentemente das consequências que possam advir para a criança.

Browne (1988) admite a existência de várias formas reconhecíveis de maus -tratos emocionais, tais como: as ameaças verbais, a limitação do espaço da criança ou a alteração intencional, com caráter punitivo de limitação ou privação, dos hábitos alimentares.

Em Portugal, tendo por base as orientações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, os maus -tratos psicológicos ou abuso emocional ocorrem quando “(...) não são tomadas em consideração as necessidades psicológicas, particularmente as que têm a ver com as relações interpessoais e com a auto -estima”.

Como indicadores deste tipo de abuso, encontramos os comportamentos que visam “(...) humilhar a criança, aterroriza-la, privá-la das relações sociais, insultá-la, ignorar as suas necessidades emocionais e de estimulação e a evidente frieza afetiva”. Em relação aos motivos para que se possa afirmar ter havido mau -trato psicológico sobre uma criança, considera-se necessário verificar “(...) algum(s) indicador(s) de forma reiterada” A entidade atrás referida, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, propõe outra situação de perigo que pode integrar nesta forma de mau -trato: o exercício abusivo da autoridade. Este tipo de autoridade implica a dominância dos interesses do poder paternal em detrimento dos direitos e proteção da criança/ jovem. (Calheiros, 2002).

Por outro lado, a psicóloga M.de Abreu (2009) retrata que os maus -tratos psicológicos a crianças e jovens consistem em atos ou omissões que podem ser considerados suscetíveis de causar dano psicológico. Estes tipos de maus -tratos podem ter efeitos imediatos ou não, com alterações no desenvolvimento físico, afetivo e emocional da criança.

A mesma autora menciona que existem quatro tipos de maus -tratos psicológicos: primeiramente os de rejeição, quando os pais tendem a ser demasiado exigentes com os filhos, e quando estes não alcançam os objetivos pretendidos pelos pais, são muitas vezes rotulados de “burros” ou acusados de não saberem fazer nada. Neste caso, é exigido à criança, comportamento de adulto ou que sejam capazes de concretizar as expetativas que os próprios pais não foram capazes de atingir.

O segundo dano psicológico, isolamento, que se caracteriza pela falta de comunicação entre familiares e a criança. A falta de disponibilidade dos pais para a criança para a demonstração de afetos ou simplesmente para ouvir a criança faz com que a criança não se sinta amada e tendo tendência para se isolar, refugiando-se no seu mundo.

No terceiro dano psicológico temos a corrupção que consiste no suborno da criança, sendo a criança educada a fazer qualquer tarefa por meio de recompensas. Este tipo de mau -trato inclui todas as formas de desonestidade e depravação para com a criança.

No quarto dano temos a sujeição ao terror, no qual a criança é dominada pela manipulação dos seus medos. São feitas chantagens em função dos temores da criança, ameaçando-a e levando-a a ter os comportamentos pretendidos pelos pais.

Deste tipo de mau -trato resultam efeitos adversos no desenvolvimento quer a nível físico como a nível psicossocial, dificultando a estabilidade das suas competências emocionais e

sociais, e por sua vez provocando baixa auto – estima, da criança ou jovem. (Magalhães, 2002)

2.5.3. A negligência

A negligência exercida sobre crianças é, geralmente, definida em termos de atos regulares de omissão por parte dos prestadores de cuidados. As omissões parentais podem verificar-se ao nível dos cuidados de higiene, saúde, educativos e de supervisão.

Considera-se negligenciada toda e qualquer criança que é privada de condições dignas, no que concerne aos cuidados primários: alimentação, agasalho, vigilância e proteção, cuidados médicos e de educação, bem como afeto e atenção. De acordo com Magalhães (2002) a negligência é considerada um ato de omissão de aspetos essenciais ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional saudável e equilibrado de uma criança, podendo ser tanto intencional como não intencional. Do comportamento negligente resulta dano na saúde e (ou) desenvolvimento físico e psicossocial da criança ou jovem.

Uma das definições mais consensuais propõe que a negligência ocorre quando há incapacidade parental para proporcionar cuidados essenciais à criança, por ausência de comportamentos adequados (Garbarino et al., 1986). A privação de supervisão ou cuidados adequados por parte dos adultos responsáveis, associada ao comprometimento do seu bem-estar físico e emocional, também constitui uma forma de negligência (Hoffman-Plotkin e Twentyman, 1984).

A negligência pode ser manifestada numa perspetiva comportamental voluntária, com intenção de causar dano, ou comportamento involuntário, que resulta, em geral da incompetência por parte dos pais em assegurar os cuidados necessários e adequados para a criança ou jovem. (Magalhães, 2002)

2.6 Sinais de Alerta para a Sociedade e Profissionais sobre Maus-Tratos

Um olhar atento e persistente sobre as crianças que nos rodeiam e com as quais convivemos, sejam elas do nosso agregado familiar, ou de agregados distintos do nosso, facilmente fornecem um leque variado de informações, acerca da situação escolar, saúde, higiene, conforto, bem-estar, auto estima e afetos dessas crianças.

Estes são alguns dos aspetos que podem direccionar a nossa perceção em termos de nos alertar para fatores negativos que se encontram a condicionar o desenvolvimento normal e equilibrado das crianças e jovens e das suas famílias.

Os sinais e sintomas dos maus-tratos estão a ser amplamente divulgados e se por um lado existem os que podem ser facilmente detetáveis, por outro existem aqueles em que o seu diagnóstico torna-se difícil, se tivermos em conta o seu grau de complexidade.

A grande maioria dos sinais de alerta é revelada por indicadores que estão diretamente relacionados com a criança ou jovem. Quando relativos à criança ou jovem, podemos distinguir entre os de natureza física, comportamentais ou biológicos, sexuais e financeiros. (in Manual de Boas Práticas, 2005).

Nos sinais físicos de alerta verifica-se a ocorrência de ferimentos, fraturas, queimaduras, equimoses, golpes ou marcas de dedos, sinais de ter estado amarrado, medicação excessiva ou insuficiente, má nutrição ou desidratação sem causa clínica aparente, falta de higiene.

Continuando a referir o Manual de Boas Práticas (2005) a nível comportamental e psicológico registam-se como sinais de alerta alterações dos hábitos alimentares, perturbações do sono, medo, confusão, resignação excessiva, apatia, depressão, desespero, angústia, agressividade, fuga aos contactos físicos, atitudes de apatia, indiferença, chamadas de atenção através do comportamento, agressividade verbal ou física, participação em comportamentos delinquentes e comentários sobre os cuidados deficitários que recebe.

2.7 Consequências dos Maus-Tratos

As consequências apresentam-se sob diversas formas e têm vindo a ser descritas principalmente pelos ramos da Medicina e da Psicologia.

Strecht, (1997), faz menção às consequências dos maus-tratos nas crianças referindo que estas apresentam problemas de imaturidades estruturais, depressões, atraso de crescimento, dificuldades de linguagem e de aprendizagem, problemas de comportamento, e dificuldades no controle de esfíncteres.

Capítulo Três

Uma das medidas de Proteção à criança e jovem em risco – a institucionalização

Da análise da política de intervenção, junto de menores em situação de risco/perigo, emerge uma filosofia de promoção dos direitos das crianças e dos jovens, que assenta na convicção de que cada criança é um sujeito de direitos autónomos, sendo-lhes reconhecido o seu estatuto enquanto pessoa.

Canha, (2000), menciona, quanto ao afastamento da criança do seu meio familiar, que este visa um duplo objetivo, em primeiro lugar, a sua proteção, impedindo que os maus-tratos continuem e provoquem lesões mais graves; em segundo lugar, dispor do tempo suficiente para o estudo familiar e social. Esta atuação tem como objetivo permitir que se tomem as diligências necessárias ao seu encaminhamento correto.

A família é o espaço onde se realizam todas as interações positivas e/ou negativas, como também incorporam na criança o sentimento de pertença e identificação, todo e qualquer afastamento do meio de origem dos menores, traduzido na sua colocação em meio extrafamiliar, deve ser entendido como fonte de insegurança, uma vez que implica um processo complexo de adaptação a um novo local e a um novo modo de vida.

Strecht (1997) menciona que o deslocamento de uma criança da sua família não pode ser uma medida tomada de forma isolada, sem um trabalho com a Instituição para onde a criança vai.

3.1 Medidas de Proteção da Criança Elaboradas pela Sociedade

A mudança da visão em relação à criança e à sua proteção traduziu-se na redação da declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU, em 1989 e ratificada por Portugal em Setembro de 1990.

Esta mudança da visão da criança como um ser frágil que precisa de proteção é constatada numa frase do Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança: “A criança, por

motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento”.

Algumas das disposições que se encontram em alguns artigos da Convenção dos Direitos da Criança afirmam que a criança usufrui de um conjunto de direitos: o direito ao correto cumprimento da responsabilidade dos pais, da família alargada e da comunidade; o direito à proteção contra todas as formas de violência física ou mental, dano, abandono ou negligência, maus -tratos ou exploração ou violência sexual; o direito às medidas adequadas de recuperação física e psicológica de quaisquer situações em que a criança é vítima.

Quando a família não consegue cumprir alguns dos direitos da criança é necessário a intervenção do Estado para salvaguardar os interesses da criança. Esta intervenção do Estado está prevista nos casos de ameaça à segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem, de acordo com a lei de proteção de crianças e jovens em perigo.

Algumas das situações que exigem ações concretas por parte dos organismos de proteção a crianças ou jovens são: 1) as situações de abandono; 2) maus tratos físicos ou psíquicos; 3) abusos sexuais; 4) ausência de cuidados e de afetos adequados à sua idade ou situações psíquicas; 5) exercício de atividades ou trabalhos excessivos e, 6) submissão a comportamentos que afetem a segurança ou equilíbrio emocional das crianças ou jovens ou a adoção de comportamentos que prejudiquem a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representantes legais ou quem detenha a guarda atuem de modo adequado para modificar a situação de risco.

Em Portugal foi criado um organismo com a função de apoio e proteção para as crianças, as CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Esta é uma entidade oficial que propõe-se a impulsionar os direitos da criança e do jovem, até aos 18 anos ou 21 anos quando solicitado, e prevenir ou pôr fim a situações possíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, de maneira a garantir o seu bem-estar e o desenvolvimento.

Em conformidade com a lei, esta instituição procura garantir as Medidas de Promoção dos Direitos e de Proteção das Crianças e Jovens em perigo definidas pelo Estado no artigo

35.º da Lei 147/99, sendo estas medidas subdivididas em medidas inseridas no meio natural de vida e por medidas em regime de colocação, nomeadamente:

- 1) Medida de Apoio aos Pais - consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio psicopedagógico e social, e quando necessário, ajuda económica (artigo 39.º da Lei 147/99);
- 2) Medida de Apoio junto de Outro Familiar - pressupõe a colocação da criança ou jovem sob a guarda de um familiar, que não os progenitores, com quem já resida ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio psicopedagógico e social, e também, quando necessário, ajuda económica (artigo 40.º da Lei 147/99);
- 3) Medida de confiança a pessoa idónea - consiste na colocação da criança ou jovem sob a guarda de uma pessoa que não pertença à família, mas que tenha estabelecido um relação de afetividade recíproca com a criança ou jovem (artigo 43.º da Lei 147/99);
- 4) Medida de Apoio para a autonomia de vida - consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos (ou inferior a esta quando se verifique que a situação aconselha a aplicação desta medida) apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, com o objetivo de proporcionar à criança ou ao jovem condições que lhe permita, adquirir autonomia de vida (artigo 45.º da Lei 147/99);
- 5) Medida de acolhimento familiar - consiste na atribuição da confiança da criança ou jovem a família ou pessoa singular, habilitadas para o efeito, com o objetivo a integrar em meio familiar e prestar cuidados adequados às suas necessidades, bem-estar e educação necessária ao seu desenvolvimento integral (artigo 46.º da Lei 147/99);
- 6) Medida de acolhimento em instituição - consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente, assim como de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 49.º da Lei 147/99).

Segundo o D.L. 189/91 compete às Comissões de Proteção decidir a aplicação de medidas de proteção dos menores, nas diferentes situações em que se encontrem as crianças e jovens em risco.

Todas estas medidas de proteção têm por objetivo proteger as crianças da situação de risco em que se encontram, proporcionando-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e por fim; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de abuso ou maus -tratos.

3.2 A Institucionalização: definição do conceito

A institucionalização de crianças e jovens é uma temática inserida numa grande complexidade de situações em que intervêm múltiplos atores em diversos contextos: a nível individual, familiar, escolar, comunitário e da sociedade no seu todo.

O tema da institucionalização tem vindo, nos últimos anos, a tornar-se um assunto presente nos meios de comunicação social e na opinião pública em geral e, por consequência, tem sido alvo de uma atenção governamental. Esta atenção é, em grande parte, atribuível às histórias de abusos sofridos pelas crianças e jovens em situações assistenciais (Casa Pia, Casa do Gaiato, etc), ou histórias de agressões nas quais estas são os protagonistas (jovens acolhidos nas oficinas de São José, episódios de violência em Centros Educativos, etc.)

A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem numa Entidade, que disponha de instalações, equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcione condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (Reis, 2009).

Este acolhimento pode ser de curta ou longa duração, ocorrendo o primeiro em Centros de Acolhimento Temporário, por período não superior a seis meses e o segundo por um período superior a seis meses. (art.50). Uma instituição não pode assumir por tempo indeterminado a substituição dos progenitores, nem a criança pode ser alvo de uma institucionalização permanente.

Quando uma criança é institucionalizada, significa que existiram ruturas no seu processo de crescimento, ou ainda que a família não foi capaz de lhe assegurar condições de afeto, segurança e dignidade.

Não é fácil estabelecer uma definição de instituição, esta tarefa levanta algumas dificuldades, no entanto Sandomingo (1998) oferece uma definição específica das instituições destinadas ao acolhimento de crianças e jovens: “Instituições sociais criadas pela iniciativa pública ou privada para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças e jovens que, por circunstâncias familiares distintas, necessitem de ser separados temporariamente do seu núcleo familiar, e para os quais o internamento é a opção preferencial face à impossibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos” (p.71).

A definição dada por este autor é adequada e abrangente, no sentido que contempla diversas problemáticas (maus -tratos, negligência, delinquência, etc.) assim como possíveis motivos para a institucionalização das crianças, que permanecem no núcleo familiar.

3.3 Breve Resenha Histórica sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens

O autor Alberto (2004) refere que é extensa a tradição das instituições possuírem as seguintes dimensões: educativa, assistencial, protetora ou punitiva. A história das instituições nos diferentes países está sujeita às estratégias políticas e governamentais destes países e ao contexto social, económico, pedagógico, judicial e cultural que as enquadra, refletindo as representações e a atenção que cada época reserva à temática da infância e da adolescência considerada em risco.

Na sociedade ocidental, a institucionalização tem uma longa tradição, havendo registos na Grécia Antiga e no Império Romano.

Na Europa Medieval, as instituições, na sua maioria pertencentes a ordens religiosas, surgem baseadas na necessidade de dar resposta aos problemas sociais originados pelas guerras e dificuldades económicas. (Casas,1988)

No século XVIII, surge de forma proeminente a institucionalização numa vertente assistencial, visando a proteção das crianças órfãs e o apoio às crianças deficientes, caracterizando-se por uma “baixa qualidade do atendimento” (Carvalho, 1999).

Como consequência da Segunda Guerra Mundial verificou-se a institucionalização de um grande número de crianças, pelo que a institucionalização ganha novo impacto, sendo o seu

papel e práticas relativamente bem toleradas até aos finais dos anos 60 (Ruxton, 1996, cit. Martins, 2004).

Nos finais do século XX, em 1999, o acolhimento institucional é redefinido no âmbito da Lei 147/99, sobre a proteção de crianças e jovens em perigo.

3.4 Institucionalização: em que Consiste, Quando e Porquê

O acolhimento institucional para crianças e jovens é uma tarefa ainda em aberto. Os responsáveis pelas instituições no nosso país veiculam uma multiplicidade de conceções, percebendo este conceito quer no sentido estrito da admissão, quer como o período da permanência no estabelecimento que as recebe e acompanha (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000).

As instituições têm o dever de garantir que os requisitos mínimos de proteção e bem-estar inerentes às necessidades de cada criança são cumpridos. A institucionalização deve ser entendida não apenas como uma resposta a uma falha ao nível do contexto parental, mas como uma oportunidade de ganhos efetivos, tanto para a criança como para a família, mesmo comportando consequências negativas devido ao afastamento das crianças relativamente à família de origem.

A institucionalização deve constituir uma mais-valia para a criança que necessita desse acolhimento, retirando-a de uma situação de perigo. Segundo Sarmento (2000) a integração social das crianças implica a articulação de múltiplos domínios, traduzindo-se numa política que permita mudar a situação dos que se encontram mais desfavoráveis socialmente, através da sua inclusão e educação.

Atualmente, a institucionalização possui, um estatuto globalmente desvalorizado no quadro da proteção infantil. Esta imagem depreciativa é assumida e sentida pelas crianças e jovens que vivem nestas instituições. E assim em vez de proteger e proporcionar à criança outras possibilidades para o seu desenvolvimento a institucionalização pode tornar-se também num tipo de mau – trato. O insucesso da institucionalização como medida de proteção da criança e jovem pode produzir-se por “carência, insuficiência ou por negligência, quando os

recursos disponíveis não são suficientes para responder ao problema com expectativas razoáveis de resolvê-lo” (Linares, 2002, p.81).

Para além das formas de maus -tratos já mencionadas e comuns na bibliografia científica, pode acrescentar-se, o mau -trato institucional como uma forma de mau -trato extra-familiar em que se verificam situações de despersonalização, negligencia e impessoalidade ou de abuso, provocadas por profissionais de algumas instituições (Casas, 1998).

É também de referenciar os aspetos positivos da institucionalização. Se, para a maioria das crianças a institucionalização não constitui uma medida apropriada, para outras crianças pode ser uma componente essencial para a solução dos seus problemas de satisfação das necessidades básicas, alimentação, saúde. A institucionalização é benéfica desde que estejam asseguradas as condições básicas que visam o seu bem - estar e qualidade de vida.

3.5 Impacto da Institucionalização nas Crianças

O processo de institucionalização de uma criança ou jovem pressupõe alguns riscos, que se não forem tidos em consideração, poderão prejudicar o efeito pretendido como medida de proteção das crianças.

As crianças e jovens sinalizadas em situação de risco e institucionalizadas sentem a desvalorização e rotulagem de que são alvos. Esta etiquetagem/rotulagem conduz à criação de imagens sociais negativas por parte das crianças/jovens e ao desenvolvimento de preconceitos pela sociedade em geral face a estas crianças conduzindo a uma discriminação social. Estas imagens sociais negativas vão desenvolver processos de diferenciação negativa, pela auto -desvalorização e auto- discriminação nas crianças e jovens (Medeiros & Coelho, 1991, cit Alberto, 2004).

3.5.1. Impacto da Institucionalização ao nível físico

A investigação sobre o impacto da experiência institucional em crianças, a nível do seu desenvolvimento, foi inicialmente realizado em instituições - orfanatos da segunda metade do século XX. Estudos realizados por diversos autores demonstram o impacto negativo da institucionalização no desenvolvimento da criança (Quitãns, 2009).

Os autores Groze & Illena, in Quitãns (2009) referem que estas instituições se caracterizavam por serem deficitárias em três níveis: 1) nos cuidados de higiene, nutrição e saúde; 2) na estimulação e possibilidades de ação que propiciavam e 3) nas relações interpessoais e de vinculação.

As instituições da primeira metade do século XX apresentavam deficiências generalizadas atualmente, é o terceiro nível que continua a merecer preocupação por parte dos técnicos. O facto de estas instituições, como diz a autora Quitãns, se caracterizarem por défices em vários domínios, a severidade do impacto da institucionalização está relacionada com o grau de privação e com os níveis de carência registados nessas instituições.

Ao nível do desenvolvimento físico, o impacto da institucionalização, de acordo com os autores Johnson e colaboradores (1992) e Fisher e colaboradores (1997) in Quitãns (2009), constataram que apenas 15% destas crianças eram consideradas fisicamente saudáveis. Além dos problemas médicos, alguns estudos referem que as crianças institucionalizadas estão normalmente abaixo do nível esperado relativamente ao peso e altura. Johnson et al. (1992) e depois Quitãns em (2009) referem que estes fatores devem-se à falta de condições médicas, uma alimentação desadequada e a privação psicossocial.

3.5.2. Impacto da Institucionalização ao nível emocional/afetivo

Ao nível do desenvolvimento psicossocial constatou-se que as crianças institucionalizadas tinham passado por experiências adversas. Estas crianças experienciaram uma importante perda na sua primeira figura de vinculação, a família, e nas instituições são muitas vezes,

também expostas, criadas num ambiente social e emocionalmente pouco estimulante (Vorria et al., 2006).

A decisão de retirar a criança do meio familiar ou ambiente em que ela vive e a posterior colocação em instituição, é um momento de grande sofrimento emocional para a criança.

A partir do momento em que a criança ou jovem é separada do seu meio familiar e social e colocada numa instituição, dá-se um corte abrupto com toda a rede de relações construídas até ao momento da institucionalização, o que possibilita uma vivência subjectiva de abandono relativamente à família, com as atribuições depreciativas e de auto - desvalorização que tal separação acarreta (Alberto, 2004).

Estas crianças apresentam também outros problemas, dificuldades de vinculação que perturbam o seu funcionamento social. Goldfard (1943) in Quitãns (2009) refere, por exemplo: défices ao nível da organização mental para a ação; dificuldades na planificação da conduta; falta de competência na análise; falha na capacidade de saber esperar, e projetar o seu futuro, os sonhos e os longos caminhos para os concretizar; dificuldade de reflexão ou antecipação dos resultados das ações; e falhas ao nível da linguagem e processamento da informação.

Quanto ao desenvolvimento cognitivo e linguístico, em pesquisas realizadas por Barbara Tizard et al., 1977; Hodges & Tizard, 1989; Tizard & Joseph, 1970; Tizard & Rees 1974, in Quitãns (2009), confirmaram que os coeficientes intelectuais das crianças institucionalizadas eram ligeiramente inferiores, bem como se verificava um ligeiro atraso na linguagem.

Capítulo Quatro

A Criança e o seu Desenvolvimento

A evolução da família ao longo da história indica que não é um processo estático, sendo de realçar as modificações verificadas, ao nível das suas funções e papéis.

Na sociedade atual, a família deixou de ser a única estrutura responsável pela proteção e defesa da criança, que passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos. A família continua a ter um papel importante no crescimento e desenvolvimento da criança e do jovem.

A família tem constituído desde sempre o núcleo fundamental da sociedade, sendo através dela que a criança recebe os modelos de comportamento e se prepara para a convivência sócio relacional. A família tem como dever a satisfação das necessidades biológicas da criança.

Para Lacan, (1981) a família é um conjunto de indivíduos que se encontram unidos por laços biológicos. Os progenitores que formam esse conjunto devem proporcionar as condições necessárias que possibilitem o desenvolvimento das crianças.

Neste capítulo será abordado o desenvolvimento da criança, a importância e as consequências do estabelecimento ou não das primeiras relações afetivas ao longo de toda a sua vida, como o papel da família nesse desenvolvimento.

4.1 Relação de Vinculação

A teoria da vinculação constitui uma base para a compreensão da propensão, observada nos seres humanos, para manter laços afetivos com indivíduos específicos e para o fato de os comportamentos de vinculação ocorrerem ao longo de toda a vida (Bowlby, 1979).

A teoria da vinculação defende que no decorrer da interação com a mãe, ou a sua substituta, a criança constrói modelos internos de funcionamento que constituem representações de si próprio e dos outros, determinando o modo como irá organizar a sua ação para com as pessoas e objetos em seu redor (Bowlby, 1979).

Sampaio (1994) realça a importância das primeiras interações entre mãe/filho. Uma criança com um vínculo forte tem uma confiança em si e nos outros que possibilita uma relação interpessoal saudável com os outros. As investigações têm demonstrado as consequências das interações entre a mãe e a criança nos primeiros meses de vida e a sua importância na formação da personalidade do futuro adulto (Ainsworth, Bell & Stayton, 1979).

Por outro lado, as crianças cujas experiências de vinculação não forem bem-sucedidas, tendem a desenvolver vinculações inseguras e expectativas negativas acerca de si próprias e dos outros. Constata-se nos indivíduos que passaram por maus tratos durante a infância, predominam padrões inseguros de organização da vinculação, sendo frequentes os comportamentos violentos e abusivos, quer nas relações amorosas, quer nas relações que vêm a estabelecer com os próprios filhos (Cicchetti et al., 1995).

As crianças maltratadas, com expectativas negativas têm dificuldade em interagir corretamente com os outros. As crianças vítimas de maus -tratos não estão preparadas para desenvolver relações positivas (Mueller & Silvermam, 1989).

Bowlby (1979) defende que o envolvimento emocional, o cuidado e a proteção são aspetos marcantes na construção do vínculo afetivo e de confiança. Defende que as figuras com as quais a criança se vincula fornecem bases de segurança que lhe proporcionam a possibilidade de explorar o mundo. A criança necessita construir um quadro familiar de referência para se desenvolver de forma saudável.

As características parentais e os seus efeitos sobre o estabelecimento da vinculação, nomeadamente a sensibilidade, responsabilidade e a disponibilidade emocional, foram analisados, também, em estudos posteriores aos de Bowlby, verificando-se que a medição dos efeitos das características parentais se encontra cada vez mais aperfeiçoada. (Benavente, 2007).

De entre os mecanismos que poderão estar na base da desorganização em que se encontra a criança maltratada, pode estar a emergência muito precoce do medo e a influência que este tipo de sentimento tem na capacidade de auto-regulação (Cicchetti, 1996). O

comportamento parental sentido pela criança como assustador parece ser um preditor da vinculação de tipo desorganizado. Este tipo de vinculação decorre da vivência de um conflito de motivações incompatíveis, por um lado, a necessidade de se aproximarem do prestador de cuidados e, por outro, a necessidade oposta, com o objetivo de se protegerem da ameaça que aquele constitui (Carlson et al., 1997).

As relações de qualidade mantidas durante a infância contribuem para o bem-estar psicológico durante todo o desenvolvimento da criança e jovem com consequências na idade adulta. Um acompanhamento psicológico correto nas vítimas de maus -tratos na infância permite adquirir competências e valores que as ajudem na sua integração na sociedade e a manterem relações estruturadas capazes de contribuir para a formação de uma vida familiar afetiva.

4.2 A Família

4.2.1. A Definição do Conceito de Família

Na literatura encontramos diversas definições sobre o conceito de família sendo difícil a sua definição. A definição de família dada por Garcia refere que "uma só família é na realidade muitas famílias distintas" (citado por Pereira, 2001, p. 22).

De acordo com Saraceno (in Ramos, 2003), não há duas famílias iguais, pois cada família é única, com a sua própria história transformando as formas de relação, regras e as trocas com o exterior, uma vez que a família não é um sistema fechado em si mesmo, interagindo continuamente com a sociedade. Vários estudos antropológicos e etnológicos mostraram: "a variedade de modos de organização familiares, e na atribuição de significados aos vários aspetos relacionais que se cruzam na vida intra e inter familiar. É no seio da família, que se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais dos elementos dos diferentes géneros" (p. 100).

A família representa para Marc e Picard "um modelo e um exemplo de sistema interativo, implicando uma especialização dos papéis e das atitudes, numa relação de lugar, de normas relacionais e um conjunto de representações e de valores que orientam as condutas" (in Santos, 2004, p.12). Marc e Picard defendem o modelo familiar como "um modelo cultural

no sentido em que cada cultura (e no interior desta, cada grupo social) propõe uma certa conceção de família, dos papéis, dos seus membros, das suas funções e do tipo de relações afetivas e operatórias que têm uns com os outros” (Santos, 2004, p.13).

O autor Filipe (in Pereira, 2001) refere que foi após a II Guerra Mundial que surgiu a necessidade de se considerar a "família como o centro gerador e transmissor de valores". (p.25). Como consequência, foram realizadas diversas investigações que colocaram a família no centro desses estudos. Segundo o autor Garcia (citado por Pereira, 2001) “a família como instituição pode ser abordada em três sentidos que se completam: Como organização social responsável pela sobrevivência e desenvolvimento dos seus membros. Seria então um espaço de socialização e apoio mútuo, possibilitando assim aos seus membros a satisfação de uma parte importante das necessidades e desejos, sejam materiais, afetivos ou sociais; Como organização estável de sobrevivência no tempo e no espaço, possibilitando perdurar e prolongar a sua existência. As aprendizagens realizadas e conhecimentos, assim como valores, normas e regras são transmitidas aos mais jovens com o objetivo de formarem uma nova família autónoma, mantendo os elementos essenciais da família de origem; Como meio de transmissão de valores e normas sociais e culturais, que se estabelece de pais para filhos e interiorização de formas de relação e de distribuição de poder o qual se mantém nas sociedades e nas culturas” (p.25).

O autor Relvas (in Ramos, 2003) menciona que as famílias são consideradas como os primeiros agentes de socialização, cabendo-lhes a responsabilidade de proporcionar condições para um bom desenvolvimento da criança. É necessário ter em consideração a estrutura familiar de cultura para cultura, de sociedade para sociedade, uma vez que, o meio familiar é fundamental para o desenvolvimento da criança/jovem, existindo duas componentes essenciais: a estrutura familiar quer sejam dois pais ou só um, ou alguém que cuide das crianças/jovens" e a atmosfera familiar económica, social e psicológica" (Papalia, et al., 2001 p.469). A família é considerada, segundo Santos (2004), como o agente principal de "transmissão de competências e de apoio ao desenvolvimento humano", porém "é influenciada por fatores externos que, por sua vez, se repercutem nos seus elementos, afetando internamente a interação familiar". (p.475).

Nos nossos dias, a família é considerada como uma instituição dinâmica, mutável internamente e em relação ao exterior. Apesar dos conflitos no seio da família, esta continua

a ter um papel muito importante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar dos indivíduos.

4.2.2. Breve Evolução Histórica do Conceito de Família

A alteração da família tradicional ficou a dever-se a diversos fatores: transformações decorridas ao longo dos séculos XVIII e XIX, que foram nomeadamente a diminuição da frequência e da intensidade das crises de mortalidade provocadas pelas epidemias, que matavam muita gente antes de chegarem a velhos e muitas vezes antes de se tornarem adultos.

Com a mudança de estilos de vida dos pais nos países industrializados, assiste-se muitas vezes também a mudanças ao nível da estrutura familiar, nomeadamente ao aumento de taxas de divórcio e, ao número de famílias monoparentais e de famílias reconstruídas. Neste sentido, toma-se relevante compreender a ligação entre a saúde mental dos filhos, o bem-estar dos pais, e a qualidade do relacionamento entre ambos (Papalia, et al., 2001). Assim, "crianças e jovens não têm que lidar com as perturbações e alterações vividas em famílias destroçadas pelo divórcio ou pela morte de um dos pais, com as pressões financeiras, psicológicas e de tempo que têm as famílias monoparentais ou com necessidade de adaptação a um novo casamento. Neste tipo de família o envolvimento com os pais é maior, educando-os na base da compreensão e respeito mútuo" (p.475).

Nos nossos dias, a dissolução voluntária da família por separação ou divórcio é cada vez mais frequente. Novos casamentos originam-se e resultam em várias parcelas familiares inter-relacionadas através dos filhos.

Segundo Giddens (2001), os agregados monoparentais têm-se tornado cada vez mais comuns nas últimas três décadas. Segundo o autor, "mais de vinte por cento das crianças dependentes vivem atualmente em agregados monoparentais" (p.183), sendo noventa por cento dirigidas por mulheres. O mesmo autor refere que sessenta por cento destas famílias são produzidas por divórcio ou separação.

4.2.3. Diferentes Estilos de Educação Familiar

Nos últimos 50 anos, foram desenvolvidos estudos sobre o tema de estilos educativos parentais. São de realçar os pioneiros Baldwin, Kalhorn e Breese, pelos trabalhos realizados sobre padrões de comportamento parental (in Oliveira, 1994).

Segundo Baldwin et al., com a realização de algumas investigações concluiu-se que, nas famílias de meios rurais a educação era bastante diferente da educação dada por famílias provenientes de outros meios (citado por Oliveira, 1994). As práticas educativas parentais são diferentes, no que respeita ao nível sócio- económico e cultural dos pais.

De uma maneira geral, os filhos oriundos de famílias carenciadas, são educados de forma mais autoritária e rígida, tendo lugar a punição, como exigência de uma maior obediência, respeito, autoridade. Em contrapartida, em famílias não carenciadas existe uma maior autonomia e um maior diálogo. As regras estabelecidas têm de ser cumpridas, no entanto, são estabelecidas através de um acordo mútuo, segundo Cautrey & Maccoby (citado por Oliveira, 1994). As famílias com um nível socio -económico mais elevado depositam uma maior expectativa no que respeita aos seus filhos, contudo exigem também um maior feedback, como uma maior aspiração por parte deles, promovendo valores, como é o caso de iniciativa, auto -controlo, maior ambição e criatividade (Bronfenbrenner, Crouter & Reuchlin, citado por Oliveira, 1994).

Teoricamente o estilo democrático ou autoritário-recíproco é o ideal, porque nele há uma interação entre a capacidade de respostas e de exigências, o que é benéfico para um desenvolvimento saudável da criança/jovem (Maccoby & Martin, citado por Oliveira, 1994). O tipo democrático é um estilo educativo que usa os elementos mais positivos do tipo autoritário, bem como dos restantes dois tipos. Perante este facto, os filhos aprendem a comportar-se positivamente, enquanto os filhos de pais autoritários comportam-se de forma mais negativa.

4.3 A Família e os Maus-Tratos

O papel da família é importante para o desenvolvimento adequado da criança e para a sua integração na sociedade, como também na prevenção da delinquência. Os autores da atualidade concordam que o mau funcionamento familiar é uma das principais causas dos distúrbios do comportamento, como a violência na família, ou a delinquência juvenil. (Fonseca, 2002).

É de realçar a existência de um modelo psicológico de aprendizagem por observação e imitação de comportamentos. Este modelo indica que as crianças vítimas de maus -tratos aprendem e reproduzem os comportamentos familiares através da observação.

Com esta explicação, entende-se que uma criança que observa comportamentos agressivos e violentos tende a tornar-se um adulto violento, pois repetirá tudo aquilo que observou ao longo do seu crescimento nos seus modelos de aprendizagem, que são as figuras parentais.

É de reforçar o papel da família como a responsável pela sobrevivência da criança, satisfazendo as suas necessidades primárias. Quando a família não tem condições para garantir a satisfação das necessidades da criança tem de aparecer a sociedade com a responsabilidade de fornecer os meios necessários para o desenvolvimento de todo o potencial da criança.

O artigo 1878º do Código Civil (1990) define as responsabilidades parentais, “... competem aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover o seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nasciturnos, e administrar os seus bens”. Na alínea 2 do mesmo artigo considera-se como dever dos pais, “(...) de acordo com a maturidade dos filhos (...)”, considerar “(...) a sua opinião nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida”.

Segundo alguns estudos efetuados, revelam que o lar é o local onde as crianças sofrem maus -tratos, muitas vezes, pelos próprios pais ou por outros responsáveis pelas crianças (Deslandes, 1994; Silva, 2004).

A família é o pilar do desenvolvimento infantil, mas a família poderá constituir o contexto em que os maus-tratos infantis poderão ser mais expressivos. É na família que se desenrola

a infância tal como ela é atualmente percebida, por outro lado, a família também é capaz de prejudicar e destruir a criança.

Strecht (1997) refere que o desenvolvimento saudável da criança deve-se à existência de um meio familiar capaz de produzir relações afetivas estáveis. Se a construção dessas relações afetivas não decorrerem de forma correta surgirão problemas emocionais nas crianças.

Em Portugal, há estudos sobre famílias e maus -tratos às crianças, (Almeida,1999) que revelam que a maioria das crianças vive em famílias compostas por um casal com filhos, sendo no entanto, bastante significativa a percentagem das crianças que residem em famílias complexas. Verifica-se que apesar da prevalência de um padrão nuclear clássico, deve ter-se em conta que um número crescente dos agregados familiares em Portugal corresponde a famílias recompostas, derivadas de um casamento com filhos de cada um dos cônjuges, sendo esta situação mais frequente nos centros urbanos.

Os maus -tratos intrafamiliares são aqueles que revelam consequências mais graves para crianças e jovens, dado que se verifica uma profunda quebra de confiança e uma perda de segurança em casa, o que constitui uma ameaça profunda para o seu desenvolvimento. (Magalhães, 2002)

Quando a família não consegue cumprir o seu objetivo, a inibição do poder paternal pode ser decretada pelo Tribunal de Família e Menores, quando “qualquer dos pais infrinja culposamente os deveres para com os filhos, com grave prejuízo destes, ou quando, por inexperiência, enfermidade, ausência ou outras razões, se não mostre em condições de cumprir aqueles deveres”. Havendo perigo para a “segurança, saúde, a formação moral ou a educação de um menor” (art. 1918º do Código Civil) e não sendo o caso para a inibição do poder paternal, o Tribunal pode “decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação e assistência (art.1918º do Código Civil).

O autor Lucchini (2003) refere que o afastamento gradual da criança em relação à sua família de origem pode acontecer em três situações distintas: aquela em que a criança tem uma imagem idealizada de família, sendo a rua um estado de emergência para a sua sobrevivência. O segundo caso, a rua é idealizada como a família, e por fim temos o caso em que a criança tem uma relação ambivalente quanto a estes dois contextos, ora valorizando, ora desvalorizando a rua e a família.

O autor Canha (2000) afirma que o dano emocional das crianças maltratadas reflete-se até à idade adulta, fator que condiciona os seus comportamentos em sociedade. Quando estas crianças se transformam e constituem a sua vida familiar tornam-se igualmente agressivos, para com os seus filhos dependendo das representações que têm da sua vida familiar antecedente e da vivência e competências que não foram capazes de adquirir institucionalmente.

Apesar da legislação existente, muitas das crianças continuam a ser vítimas de agressão uma vez que o trauma ou dano psicológico que elas sofreram não é compreendido. A nível emocional, segundo Burrington (1999), (citado por Machado & Abrunhosa, 2002) diz-nos o seguinte: “...é habitual estas crianças manifestarem reações de medo, agressividade, culpa, vergonha, tristeza, ansiedade, insegurança e confusão” (p.102).

4.4 Crianças e Jovens em Risco

A definição de criança e jovem de risco é entendida como a condição a que a criança está exposta por circunstâncias da vida, como por exemplo à violência, ao uso de drogas e a um conjunto de fatores de ordem afetiva, cultural e socio - económica que dificultam o desenvolvimento biopsicossocial.

A definição do conceito de crianças em perigo é muito complexo e tem sido objeto de discussão entre os pesquisadores. O autor, Fonseca (2004), diz o seguinte relativamente a este tema: “o fenómeno das crianças e jovens em risco tem sido analisado por numerosos investigadores de várias disciplinas (v. g. psicologia, sociologia, medicina, saúde pública, comunicação, ciências da educação ou economia) em perspetivas muito diferentes”. (p. 11).

Alguns autores propõem para evitar problemas metodológicos a diferenciação conceitual entre crianças de rua e crianças na rua (Campos, 2000). As crianças de rua é um conjunto formado por crianças que não possuem vínculo familiar, isto é, crianças que abandonaram ou foram abandonadas pela família e para as quais as ruas representam o local de moradia, trabalho e de relações afetivas. As características destas crianças são: os aspetos de descuido e de falta de higiene, o passear sozinhos pela rua sem a companhia de um adulto.

Campos (2000) define o conceito de criança na rua como constituído por aquelas que ficam grande parte do dia nas ruas, pedindo esmolas e a brincar, utilizando variados recursos improvisados para a sua sobrevivência e a da sua família. Este tipo de criança volta para casa ao final do dia, possuindo ainda um vínculo familiar, mesmo que seja fraco. O autor Martins (1996a, 1996b) discute os vários critérios definidos para o uso do conceito de crianças na rua, tanto os propostos pelas instituições, como pela UNICEF, assim como por diversos pesquisadores.

As crianças vítimas de maus -tratos, quando saem para a rua apresentam um conjunto de características específicas desta população que são: baixa autoestima, imaturidade emocional, sem expectativas em relação ao futuro, com dificuldades intelectuais e de aprendizagem, de linguagem e de integração social. (Magalhães, 2002)

A maior parte das pesquisas existentes sobre crianças da/na rua têm-se centrado nas condições objetivas e de saúde dessa população mais do que o seu funcionamento e ajustamento psicológico (Rafaelli, 1996)

Partindo do que foi referido anteriormente entende-se como “criança em risco” a criança que pelas suas características biológicas, assim, como pelos vários fatores das características familiares, está sujeita a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afetiva.

A noção da gravidade da situação está relacionada com o acumular de diferentes fatores de risco de variadas ordens: individual, de desenvolvimento, social e cultural que em cada caso particular, assume um peso específico. A junção destes fatores ajuda e multiplica o efeito de cada um deles. (Martins, 2002).

Este tema começou a ser discutido há relativamente pouco tempo, não só pelas consequências negativas que acarreta quer para o plano individual da criança, como para a sociedade em geral. E também, pelo recente reconhecimento dos direitos da criança, quer a nível nacional quer a nível internacional.

Capítulo Cinco – Estudo Empírico

Metodologia

A investigação na área dos maus-tratos a menores apresenta algumas peculiaridades entre as quais aponta-se a complexidade do fenómeno e a sua natureza privada que ocorre, na maior parte dos casos, no domínio privado da vida familiar. Trata-se de um fenómeno de difícil identificação, sobretudo quando as lesões e sequelas não se manifestam no domínio físico. Dada a complexidade do objeto em estudo tornou-se necessário a adoção de métodos abertos que se ajustem à complexidade do mesmo e que considerem a totalidade do seu contexto quotidiano.

A metodologia utilizada foi cuidadosamente selecionada tendo em conta as características do objeto de estudo, no sentido de analisar, interpretar e compreender o mundo das crianças e jovens, a forma como se relacionam entre pares e as representações que efetuam do mundo em que vivem, conhecer as suas trajetórias de vida.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as trajetórias de vida das crianças e jovens participantes deste estudo, focando-se em três eixos fundamentais, que são a família, a instituição e a rua. Estes eixos foram identificados como fundamentais para a compreensão das trajetórias, na medida em que se constituem como os principais contextos das crianças e jovens que são vítimas de maus-tratos.

5.1 Psicologia/Psicologia Social: Os Métodos

A Psicologia Social surgiu como ramo da Psicologia no momento em que esta se afirmava como ciência. Para tal, separa-se de outras ciências e ultrapassa as suas características metafísicas, submeteu-se às formas de pensar das ciências naturais. A Psicologia transforma-se numa ciência experimental enquadrando-se nos preceitos do Paradigma Positivista, para quem a metafísica não é mais do que especulações destituídas da possibilidade de verificação e de operacionalização.

A Psicologia Social seguiu o mesmo caminho de procura de cientificidade, ao explicar os fenómenos sociais, como sendo naturais utilizando métodos experimentais, contudo a principal diferença encontra-se nos modelos explicativos centrados no indivíduo (Bernardes, 1999).

A cientificidade da Psicologia privilegia a perspetiva Positivista na história da Psicologia Social, porque para muitos pesquisadores, a delimitação do pensamento científico está resumida ao método para estudar algum objeto, neste caso, o método experimental (Bernardes, 1999). Este fato trouxe o abandono de correntes importantes da história da Psicologia Social, de entre elas a “*Volkerspsychologie*” de Wundt, a psicologia das massas ou social. Wundt defendia que era impossível estudar fenómenos coletivos através da consciência individual, porque o método experimental, limita-se a pequenas experiências laboratoriais, tornando-se insuficiente estudar fenómenos coletivos.

Outra vertente que também foi abandonada pela Psicologia Social, no início da sua história evolutiva como ciência, tanto pelos manuais como pela história foi o Behaviorismo de George Mead, e o trabalho de Vygotsky, apesar de estes tratarem de princípios da Psicologia Social.

Nas últimas décadas do século XX com o desenvolvimento dos estudos sociais há uma revalorização do trabalho de Vygotsky e a redescoberta da obra de Mead. Blumer, um sociólogo, ao assumir a direção do curso de Psicologia Social da Escola de Chicago revalorizou a obra de Mead e a sua importância como expressão do Interacionismo Simbólico, que segundo Farr (2001), tem a virtude de expressar precisamente o significado central da linguagem na Psicologia Social de Mead, uma vez que para Blumer “o ato comunicativo é a unidade básica de análise da Psicologia Social”.

A defesa dos métodos qualitativos e o distanciamento da realidade concreta das pessoas focadas por esses estudos foram os argumentos mais importantes sustentados pelos investigadores sociais, na defesa de uma imersão do pesquisador na vida quotidiana dos sujeitos que pretende estudar.

Esta corrente, Interacionismo Simbólico, foi responsável pela massificação do uso de metodologias qualitativas em pesquisas sociais, sendo consideradas como as mais adequadas para estudar a realidade social.

O investigador psicossocial ao compreender um aspeto particular da vida de um grupo social, precisa adotar uma postura metodológica adequada. Assim só pode ter acesso a aspetos da vida privada dos indivíduos ao disponibilizar-se a partilhar o seu quotidiano, o mundo que se propõe estudar e simultaneamente for aceite por esse grupo social. (Farr 2001)

5.2 Metodologia Etnográfica

A metodologia etnográfica foi originalmente desenvolvida por antropólogos que pretendiam conhecer e estudar uma cultura, sociedade ou grupo social. A sua abordagem dependia, essencialmente, da observação, do convívio e da real integração na sociedade ou grupo a estudar. Tratava-se de uma observação participada que permitia aos investigadores o convívio e a partilha efetiva com os indivíduos que constituíam o seu objeto de estudo, compreendendo melhor as suas ações e as suas motivações. (Farr, R. M., 2001; Guareschi, N. M. F.; Bruschi, M. E., 2003; Laplatine, F. 2004).

A Psicologia tem sido chamada a elaborar novas formas de produzir conhecimento sobre o ser humano, articuladas com outros campos do saber, que segundo Jacques e Tittoni (1999) in Laplatine (2004), defendem que esta procura de novos conhecimentos em outros campos do saber provoca transformações no esboço da pesquisa, na forma de recolha, análise e interpretação dos dados sobre o “novo” objeto de estudo.

Há pouca literatura escrita sobre o uso da perspetiva etnográfica em Psicologia. A etnografia “[...] a investigação etnográfica dá lugar pleno ao sujeito numa atitude de atenção flutuante, nunca neutra, sempre à espreita duma eventual produção de sentido.” (Boumard, 1999, p.3), eliminando a separação tradicional entre indivíduo e ambiente social, substituindo-a pela compreensão de que homens e a sociedade desenvolvem-se mutuamente, sob influências recíprocas, por trocas simbólicas.

A etnografia pode-se tornar um recurso metodológico importante para a apreensão do fenómeno psicológico, se este for entendido como um fato da sociedade e da cultura. Segundo Vygotsky (2003), através das trocas e partilhas de significações simbólicas, as

funções psicológicas são construídas no seio da relação entre os homens, o que confirma a perspectiva de que o histórico-cultural perpassa todas as relações dos indivíduos.

Tendo como princípio que são as pessoas que constroem quotidianamente a vida social, a partir das suas interações sociais e que formam o seu self a partir dessa interação sociocultural. O pesquisador deve sair das suas referências culturais e sociais para poder integrar-se nos padrões do outro, numa tentativa de aproximação, partindo do princípio de que cada sociedade, cada cultura desenvolve maneiras próprias e particulares de conceber e lidar com a vida de todos os dias.

A etnografia é descrita por Laplatine (2004) como um método que é essencialmente perceptivo, fundamentado no olhar de admiração que provoca a visão do comportamento do outro. Para este autor, a etnografia é intrinsecamente uma atividade do olhar, olhar não simplesmente como um ato de ver, perceber o que se espera ou que já é conhecido, mas de transcender o que é perceptível e comum aos nossos olhos, para darmos conta da diversidade de formas e possibilidades de comportamentos, reações, afeições, produções, reconhecendo que o investigador “deve ser capaz de viver no seu íntimo a tendência principal da cultura que está estudando” (Laplatine, 2004, p.22). Continuando a linha de pensamento do autor que refere que somos uma cultura entre tantas outras.

A etnografia envolve uma tentativa contínua de englobar os acontecimentos e os entendimentos específicos, num contexto mais significativo e completo. Não se trata da simples produção de novas informações ou dados de pesquisa, mas sim da forma como essa informação ou dados são convertidos em formas escritas. Como resultado, combina o desenho da investigação, o trabalho de campo e variados métodos de inquérito para a produção de considerações, descrições, interpretações e representações das vidas humanas.

A etnografia foi, durante muito tempo considerada como um método, uma orientação teórica e um paradigma dentro da antropologia, e recentemente alargada a outras áreas científicas, demonstrando a sua utilidade, nomeadamente, na educação, no planeamento, na psicologia clínica, na psiquiatria, na criminologia, entre outras.

A etnografia trata-se de uma abordagem que implica que o observador seja aceite pelos indivíduos ou grupo que se pretende estudar, alcançando um melhor entendimento das suas crenças, motivações e comportamentos. Pretende-se que o observador tenha um

envolvimento emocional e, simultaneamente, um despreendimento objetivo (Farr, R. M., 2001; Guareschi, N. M. F.; Bruschi, M. E., 2003; Laplatine, F. 2004).

Os etnógrafos desejam ser participantes mas também observadores imparciais da vida dos outros. Os autores Bogdan e Biklen (1994) mencionam que não se pode estudar o mundo social sem se fazer parte dele, a pesquisa social é, então uma forma de observação. “Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 48).

O trabalho de campo etnográfico implica uma longa permanência com a população a estudar e um envolvimento por parte do investigador nas crenças, nos valores, na cultura de cada grupo social. Nesta perspectiva, o olhar etnográfico define uma postura e não somente uma técnica.

A etnografia permite uma recolha de dados a partir de diferentes técnicas: observação dos contextos e as interações sociais, entrevistas, histórias de vida, diário de bordo no qual se registam as informações acerca das atividades e das relações quotidianas dos sujeitos da pesquisa.

5.3 Metodologia Qualitativa – Razão da Escolha

A investigação qualitativa tem como principais objetos de estudo, nas palavras de Bogdan & Biklen, (1994) tudo o que faz parte da vida quotidiana das pessoas, não havendo nada que seja vulgar, que tudo tem potencial para constituir-se como algo que nos permita compreender melhor o nosso objeto de estudo. A investigação qualitativa, nas palavras de Bogdan & Biklen (1994, p.272) “é rica em relatos realizados pelos próprios sujeitos”, ou seja é "a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação" (Bogdan, Biklen, 1994, p.16).

As características do presente trabalho enquadram-no no tipo de estudo qualitativo, uma abordagem interpretativa do objeto de estudo, uma vez que o objetivo do estudo se prende com o interesse em conhecer e descrever interações e conceções pessoais, ou seja, procurar os significados atribuídos pelos participantes, “...permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.”

(Bogdan e Biklen,1994, p.134). Interessa compreender e descrever o processo de como as pessoas constroem os significados (Bogdan & Biklen, 1994). Este é um estudo descritivo, analítico e interpretativo.

O investigador qualitativo usa-se a si próprio como instrumento preferencial para a recolha de dados: observa e recolhe os dados através do contato direto com as pessoas. Para a recolha dos dados utiliza a palavra, a imagem, os documentos escritos. O investigador interessa-se tanto pelo processo como pelos resultados ou produtos da pesquisa, tentando a cada passo analisar, comparar e refletir a multiplicidade de dados. Mais do que verificar hipóteses, importa a construção do quadro interpretativo da realidade, os significados que os participantes atribuem às situações e vivências, torna-se o elemento fundamental para a compreensão da realidade estudada.

As considerações éticas levam-nos a ter presente as palavras de Christensen e Prout (2002): “ a perspetiva da criança como atores sociais criou um campo com novas responsabilidades e dilemas éticos para os pesquisadores dentro do estudo social da infância”(p. 417). Ao refletir na maneira como a criança foi encarada nas investigações científicas, estes autores identificam quatro formas distintas: a primeira forma é aquela em que a criança é vista como objeto; a segunda forma a criança como sujeito; a terceira forma a criança como ator social e na quarta forma a criança é vista como participante da pesquisa. No seu trabalho de investigação Santana (2007), refere que no primeiro caso, as crianças são tratadas como objeto, e não são reconhecidas as suas competências. Nas investigações onde as crianças são vistas como sujeito, tem-se em consideração a sua idade e a sua capacidade cognitiva para participar na investigação. No caso em que as crianças são vistas como atores sociais entende-se que as crianças têm experiências e representações próprias participantes da pesquisa e ainda há a visão da criança como co- participante.

A metodologia qualitativa, pelas suas características, pareceu ser a mais indicada para esta investigação. É uma metodologia importante no estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos da vida, nem todos passíveis de serem estudados numa perspetiva quantitativa. Como diz Esteves (1998), as técnicas qualitativas são justificadas para este tipo de investigação, porque constituem os meios mais adequados, embora não exclusivos, no estudo dos problemas da população com caraterísticas específicas.

5.4 Objetivos da Investigação

Na sequência do enquadramento teórico definiu-se como objetivo principal compreender, como são sentidas e vividas pelas crianças e jovens os vínculos que estabelecem com as famílias, com as instituições e com a rua. Através das narrativas das crianças e jovens e avaliando as relações entre esses sistemas, de modo a investigar o lugar que cada um ocupa na vida desta crianças e jovens vítimas de maus-tratos.

A partir do objetivo geral estabeleceu-se objetivos específicos para este trabalho que são: compreender como as crianças e jovens sentem os seus percursos de vida; perceber como as interações e as representações das crianças e jovens em risco se relacionam com os diferentes contextos familiares a que estão expostos; estudar até que ponto a categoria das crianças e jovens em risco constitui uma realidade homogénea, tendo em conta a eventual existência de trajetórias de vida e vivências diferenciadas.

No caso específico deste estudo, o método etnográfico impôs-se como o mais adequado para alcançar os objetivos delineados. Para a mestranda conseguir apropriar-se da evolução dos percursos de vida das crianças e jovens vítimas de maus-tratos, em instituições ou na rua, foi imprescindível conviver com a população-alvo deste estudo, no espaço onde efetivamente vivem, para analisar como estas crianças e jovens constroem a sua realidade.

5.5 Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram a análise documental, a entrevista e a observação. A observação constitui um instrumento valioso, na medida em que, permite enriquecer a informação recolhida, por meio da entrevista, com as informações adquiridas, in loco, através da observação.

A entrevista possibilitou o acesso a descrições sobre os seus percursos individuais, por vezes, com relatos de carácter mais pessoal, percepções sobre práticas e relações criadas pela atividade, o que, para além ter permitido que o entrevistado exprimisse o seu pensamento, permitiu ao investigador maior aproximação com a pessoa entrevistada e uma leitura de

códigos não-verbais, como expressões do rosto, a intensidade da voz ou a forma como as palavras e as frases ditas quando era feita referência a determinado assunto (Bogdan e Biklen, 1994).

A entrevista é uma técnica de recolha de dados utilizada por psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e profissionais que tratam de problemas humanos. A entrevista é adequada para obter informações a respeito do que as pessoas sabem, acreditam, desejam. Esta técnica possui vantagens como: poder ser utilizada em todos os segmentos da população; existência de maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer dúvidas, formular de maneira diferente as perguntas; oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz; dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais.

Contudo, também, apresenta limitações como: dificuldade de expressão e comunicação; incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas da pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação; possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspeto físico, suas atitudes, opiniões; disposição do entrevistado em dar as informações necessárias; retenção de alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada.

A entrevista semi- diretiva, não estruturada proporciona uma maior abertura ao candidato. A entrevista não estruturada possui as seguintes características: é a mais informal assemelhando-se a uma conversa comum; não exige nenhum plano prévio. As questões surgem espontaneamente no decorrer da entrevista; a condução da entrevista acaba por ser partilhada entre entrevistador e candidato.

Desta forma, podemos caracterizar as entrevistas de semi- diretivas, para as quais foram definidos temas específicos que as suportaram, o que permitiu aos entrevistados construir um discurso através da articulação das suas ideias e, simultaneamente, aprofundar e incidir em temas sugeridos pelo investigador (Bogdan e Biklen, 1994). A vantagem deste tipo de entrevista é a de deixar os candidatos mais à vontade, o que pode permitir obter respostas mais espontâneas (menos estudadas).

As desvantagens da entrevista prendem-se com a possibilidade de estas serem mais suscetíveis a eventuais incompatibilidades ou falta de empatia entre entrevistador e

entrevistado; exige uma grande prática por parte do entrevistador, para que nunca perca a direção pretendida e mantenha a atenção aos pormenores de caráter do candidato a investigar.

5.6 Recolha de dados

O processo de obtenção dos dados decorreu durante os meses de janeiro a maio de 2012. Durante este tempo deslocou-se, a mestranda ao Lar Santa Isabel e ao Internato Masculino de Leiria, simultaneamente percorreu as ruas da cidade durante o dia e à noite.

Na preparação das entrevistas, e no sentido de facilitar o processo de recolha de informação, foram elaboradas uma série de questões que deram a origem a um guião (anexo I) que serviu de suporte no momento da entrevista. Este guião foi construído pela mestranda devido às características da população alvo e os objetivos da pesquisa. No entanto, a construção deste guião teve como base a revisão da literatura, anteriores trabalhos de pesquisa, tais como as investigações de Benavente, (2007); Santana, (2007) e Quintães, (2009).

O recurso a questões abertas tem como vantagem o facto de estas serem flexíveis, permitindo ao investigador manter um diálogo mais esclarecedor quer em termos de obtenção de informação quer em termos de esclarecimento de qualquer dúvida. As entrevistas não estruturadas facilitam a convivência harmoniosa entre entrevistado e entrevistador, estimulando a confiança mútua e facilitando ao entrevistador a perceção do que o entrevistado realmente acredita. Este tipo de questões pode dar origem a respostas inesperadas ou imprevistas. Segundo Bogdan e Biklen (1994), “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (p. 134).

Antes da entrevista o entrevistado deve ser informado das condições em que esta se desenrola e quais os objetivos pretendidos, bem como a sua utilidade, garantindo o sigilo acerca do teor das respostas do entrevistado.

As entrevistas individuais foram feitas num ambiente acolhedor, de forma informal, de modo a obter os dados o mais fidedigno possível e realizar uma avaliação correta da informação recolhida.

Na primeira etapa do trabalho empírico procurou-se percorrer, de forma aleatória, vários pontos da cidade, em dias e horários variados, procurando identificar pontos de concentração das crianças e jovens em risco. O objetivo neste momento era conhecer melhor as áreas de concentração das crianças e o que elas faziam nos diferentes horários.

A segunda etapa do trabalho de pesquisa compreendeu visitas às duas instituições, nas quais tive a oportunidade de conversar com alguns técnicos sociais que lidam quotidianamente com crianças e jovens retirados à família. O objetivo era conhecer as instituições em estudo.

Iniciou-se a terceira etapa que consistiu na aproximação às crianças, realizando entrevistas informais, esta convivência permitiu estabelecer laços de amizade, de confiança.

A quarta etapa da pesquisa de campo consistiu na aplicação da entrevista. Muitas vezes durante a entrevista aconteceu a libertação de pensamentos reprimidos que chegaram à mestrandia em tom de confiança. Esses relatos forneceram um material extremamente rico para análise. Neles se encontram o reflexo da dinâmica coletiva a partir da visão individual.

Finalmente, na posse dos dados, realizou-se a análise interpretação e tratamento dos mesmos.

5.7 Caracterização do Universo da Pesquisa

Para a realização desta investigação foi obtido, junto dos responsáveis das instituições, de forma informal, a autorização para realização das entrevistas, nomeadamente no Internato Masculino de Leiria e no Lar Santa Isabel.

A seleção das crianças/jovens foi realizada de forma aleatória, de entre os que se encontravam nas referidas instituições, e se mostravam mais acessíveis de seguida o sujeito da entrevista indicava outro para contactarmos, ou seja, amostragem em Bola de Neve.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente procedeu-se à transcrição das entrevistas.

A principal dificuldade encontrada na investigação, para recolha de dados através da entrevista, deve-se às características da amostra: vivem num mundo “fechado” e de que se envergonham, tratando de forma hostil os elementos estranhos ao seu meio, principalmente os que querem saber da sua vida.

A população entrevistada é composta da seguinte forma, de acordo com algumas características:

Tabela 1 - Caraterização em termos de gênero

Rapazes	%	Raparigas	%	Total	Total em %
5	50%	5	50%	10	100%

Foram realizadas entrevistas a 5 rapazes do Internato Masculino de Leiria, e 5 raparigas do Lar Santa Isabel de Leiria. O universo estudado é homogéneo tendo 50% de cada gênero.

Tabela 2 - Caraterização em termos de idade

Idades	Frequência	Percentagem
12	3	30%
13	3	30%
14	1	10%
15	1	10%
16	1	10%
17	1	10%
TOTAIS	10	100%

A população entrevistada é constituída por crianças/jovens entre os 12 anos e os 17 anos. No qual pode-se observar que existe uma maior percentagem entre os 12 e 13 anos de idade, perfazendo um total de 60% do universo estudado.

Tabela 3 - Caracterização em termos de tempo de internamento

Idade atual	Idade de Entrada na Instituição	Tempo de internamento
12 Anos	8 Anos	4 Anos
12 Anos	3 Anos	9 Anos
14 Anos	5 Anos	9 Anos
16 Anos	10 Anos	6 Anos
15 Anos	11 Anos	4 Anos
13 Anos	9 Anos	4 Anos
12 Anos	9 Anos	3 Anos
13 Anos	6 Anos	7 Anos
13 Anos	8 Anos	5 Anos
17 Anos	7 Anos	10 Anos

Sendo que o tempo médio de internamento varia entre os 3 a 10 anos acolhimento na instituição. Encontra-se uma prevalência de 4 anos no tempo de internamento institucional.

Os dados foram obtidos com alguma resistência por parte da população em estudo, que apresentam características muito próprias de dificuldade em confiar, dialogar sobre aspetos da sua vida pessoal. Estas crianças e jovens, muitas vezes, não falam muito ou mesmo recusam-se a falar sobre a sua família de origem e o seu percurso de vida, como estratégia de proteção.

5.8 Caracterização das Instituições

Ao nível da funcionalidade, tanto o Internato masculino como o Lar Santa Isabel são instituições que funcionam em regime aberto. Os jovens residentes frequentam atividades em instituições públicas de ensino. Podem participar em outras atividades de âmbito social, recreativo, cultural ou religioso, quando integrados em associações ou organizações implantadas localmente e exteriores à Instituição.

5.8.1. Lar Santa Isabel

O Lar Santa Isabel é um equipamento social que tem por finalidade o acolhimento de crianças/jovens do sexo feminino, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida, tão aproximadas quanto possível às famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade.

5.8.2. O Internato Masculino de Leiria

O Internato Masculino de Leiria é uma instituição de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem como finalidade o acolhimento a título provisório de criança e jovens, do sexo masculino, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível à de um núcleo familiar, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e a sua inserção na sociedade.

Presentemente, o Internato acolhe vinte e seis rapazes, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 9 anos e os 20 anos de idade. A maior parte dos adolescentes são provenientes do distrito de Leiria. De uma maneira geral as causas da Institucionalização destes rapazes são devido a situações diversas, tais como: negligência, maus-tratos, incapacidade parental ou económica, alcoolismo, toxicod dependência dos pais, violência familiar, etc.

5.9 Técnicas de Análise

Após a recolha dos dados, deu-se preferência à análise de conteúdo. A finalidade da análise de conteúdo é “efetuar inferências, com base numa lógica explicitada sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2001, p. 104). Esta técnica é adequada para este tipo de população por proporcionar o conhecimento do conteúdo manifesto nos discursos utilizados pelos entrevistados permitindo, conhecer as representações dos sujeitos sobre a realidade em estudo pela interpretação que fazem desta realidade social e pela maneira que se posicionam face a ela através dos seus próprios discursos.

A análise de conteúdo defende que o mais importante não é o conteúdo da mensagem, mas o que expressa implicitamente na relação com o contexto.

Após a leitura das entrevistas, realizou-se a delimitação das categorias de análise com o objetivo de organizar os dados recolhidos, sendo identificadas e relacionadas as informações obtidas em unidades mais concretas (Bogdan & Biklen, 1994). Uma categoria de análise é composta por um conjunto de ideias/termos-chave que indicam a importância atribuída pelo entrevistado acerca do conceito que se quer apreender (Vala, 2003).

As informações recolhidas através das entrevistas foram analisadas e caracterizadas através de unidades de registo, segundo Vala (2003) existem dois tipos de unidades: formais e semânticas. Nas unidades formais inclui-se as palavras, as frases. Nas unidades semânticas, a divisão mais usada é o tema. (Vala 2003).

5.10 Apresentação e Discussão dos Resultados

Na apresentação dos resultados teve-se como preocupação proporcionar uma exposição clara dos mesmos. Em cada categoria apresentada, referiu-se o que cada entrevistado narrou sobre as experiências vividas.

Posteriormente à apresentação dos resultados de cada grupo de categoria discutiu-se o seu significado, em função da literatura científica existente e da experiência e conhecimentos

obtidos durante o trabalho com esta população, de modo a enriquecer os conhecimentos sobre a temática em estudo.

A categorização dos dados obtidos resultou nas seguintes categorias de análise: família, instituições de acolhimento e a rua.

Começou-se por apresentar o percurso de vida de cada um dos participantes, através das etapas: narrativas que as crianças e jovens fizeram, depois as representações que têm sobre a instituição e finalmente as suas opiniões sobre a rua.

5.10.1. A família

Da análise das entrevistas verifica-se que os maus-tratos, abandono, falta de suporte familiar, dificuldades económicas e separações estão presentes em muitas das famílias das crianças estudadas. A maioria apresenta memórias de aspetos negativos sobre a vivência com os seus familiares.

Algumas das narrativas das crianças e jovens ilustram a imagem que elas possuem das suas famílias:

Tabela 4 - Caracterização familiar - maus-tratos físicos

Dimensão	Narrativas	Frequência
<p>Maus –tratos Físicos</p>	<p>“Mal, batiam-me” (entrev.2)</p> <p>“Sofri muitos maus-tratos batiam-me e assim” (entrev.3)</p> <p>“... depois batiam-me” (entrev.4)</p> <p>“... “pimba” em cima de mim” (entrev.4)</p> <p>“... o meu pai batia-me batia-me e ameaçava-me e à minha mãe com facas ... (entrev.5)</p>	<p>11</p>

	<p><i>“... sabia que depois “calhava” a mim ...” (entrev.5)</i></p> <p><i>“... batia-me muito fugi de casa ...” (entrev.6)</i></p> <p><i>“... batia-me muito ... fugi de casa ...” (entrev.8)</i></p> <p><i>“...um dia ... mandei uma cabeçada num vidro ...” (entrev.8)</i></p> <p><i>“... batiam-me ... os dois ...” (entrev.9)</i></p> <p><i>“... batia-me e ...” (entrev.10)</i></p>	
--	---	--

Das 10 entrevistas realizadas obteve-se 11 repetições da ideia de serem alvo de maus-tratos físicos. Nessas narrações encontra-se a ideia de que as crianças eram agredidas fisicamente por parte dos progenitores.

Tabela 5 - Caraterização familiar - maus-tratos psicológicos

Dimensão	Narrativas	Frequência
Maus –Tratos Psicológicos	<p><i>“andava sozinho ...” (entrev.2)</i></p> <p><i>“... ele não me deixava ver a minha mãe...” (entrev.8)</i></p> <p><i>“... era uma confusão gritavam ...” (entrev.9)</i></p> <p><i>“... tratava-me mal ...” (entrev.10)</i></p>	4

Em todos os entrevistados só se encontra a noção de mau -trato psicológico em 4 crianças e jovens. Constata-se que estas crianças não têm ideia do que é das consequências negativas do mau -trato psicológico.

Tabela 6 - Caracterização familiar - negligência e abandono

Dimensão	Narrativas	Frequência
Negligência e abandono	<p><i>“andava sozinho ...” (entrev.2)</i></p> <p><i>“...e não havia nada “p’ra” comer ... passei fome ...” (entrev.4)</i></p> <p><i>“não gostavam de mim” (entrev.5)</i></p> <p><i>“A minha mãe ... e o meu pai ... não se preocupavam comigo falavam mal para mim ... tratava-me mal” (entrev.7)</i></p> <p><i>“não havia comida nem roupa para vestir “tava” tudo sujo e desarrumado ...” (entrev.9)</i></p> <p><i>“... “dáva” para comermos cerveja ... ou vinho com açúcar ...” (entrev. 10)</i></p>	6

Da análise da tabela 6 pode-se verificar que só 6 crianças e jovens é que se apercebem e mencionam a negligência e abandono de que são alvos por parte dos adultos.

Tabela 7 - Caracterização familiar - situação familiar

Dimensão	Narrativas	Frequência
Situação familiar	<p><i>“Os meus pais eram alcoólicos” (entrev.4)</i></p> <p><i>“Quando eles bebiam...” (entrev.4)</i></p> <p><i>“A minha mãe era alcoólica ...” (entrev.5)</i></p> <p><i>“...via o meu pai bater na minha mãe e ...” (entrev.5)</i></p> <p><i>“A minha mãe era alcoólica ... depois o meu pai e uma irmã adoeceram ...” (entrev.6)</i></p> <p><i>“A minha mãe tinha vários namorados que iam lá casa depois ela fugiu” (entrev.8)</i></p> <p><i>“... o meu pai começou a beber e ... ficou alcoólico ...”</i></p>	10

	<p>(entrev.8)</p> <p>“O meu pai era maluco esquizofrénico a minha mãe era alcoólica ...” (entrev.9)</p> <p>“A minha mãe era alcoólica ... e ...” (entrev. 10)</p> <p>“quando ela morreu o meu padrasto ...” (entrev.10)</p>	
--	--	--

Pode-se verificar que a maior parte dos entrevistados mencionam a ideia de que as suas famílias são desestruturadas, referindo-se a problemas de alcoolismo e de violência doméstica, morte e doença.

As avós aparecem, no discurso das crianças e jovens, como sendo figuras familiares importantes no suporte emocional e satisfação das necessidades básicas na medida em que muitas vezes substituem a falta sentida dos pais.

“... fiquei a viver com a minha avó” (entrev. 1)

“... os meus pais morreram fiquei a viver com a minha avó” (entrev.1)

A população em estudo vive em famílias com tipologias diferenciadas: famílias tradicionais, monoparentais, havendo também famílias formadas pela mãe, padrasto e irmãos, como nos referem.

Tabela 8 - Caraterização familiar

Dimensão	Narrativas	Frequência
Tipologia de Família: Tradicional	<p>“Pais e irmão ...” (entrev.2)</p> <p>“O meu pai e a minha mãe” (entrev.4)</p> <p>“Pais e 3 irmãs” (entrev.6)</p> <p>“Pais e 4 irmãs” (entrev.7)</p> <p>“Pais e 2 irmãos” (entrev.8)</p>	7

	<i>“Pais e 3 irmãos” (entrev.9)</i>	
	<i>“Pais e 3 irmãs” (entre.10)</i>	

Dos entrevistados, 7 mencionam que vivem no seio de uma família de tipologia tradicional, constituída por pais e irmãos.

Tabela 9 - Caraterização familiar

Dimensão	Narrativas	Frequência
Tipologia de Família: Monoparental	<i>“... primeiro vivi com o meu pai...” (entrev.10)</i>	1

Nesta tabela só há a menção de 1 jovem que vivia numa família monoparental, constituída pelo pai.

Tabela 10 - Caracterização familiar

Dimensão	Narrativas	Frequência
Tipologia de Família: Recompоста	<i>“Avó e 4 irmãos ...” (entrev.1)</i> <i>“Os pais adotivos do meu pai e o meu pai” (entrev.3)</i> <i>“Tenho pai ... mãe ... mas vivi com um casal que tomava conta de mim ...” (entrev.5)</i> <i>“... primeiro vivi com o meu pai depois fui para a minha mãe e padrasto ...” (entrev.10)</i>	4

Da observação da tabela verifica-se que 4 dos entrevistados viviam em famílias de tipologia recompоста. Uns viviam com adultos do 2º casamento dos pais e outros com pais adotivos ou famílias de acolhimento.

Tabela 11 - Caracterização familiar

Dimensão	Narrativas	Frequência
Contato com a família	<p><i>“Sim ... de vez em quando tou com a minha avó ...” (entrev.1)</i></p> <p><i>“Sim ... de vez em quando tou com a minha avó ...” (entrev.1)</i></p> <p><i>“Sim ... de vez em quando” (entrev.2)</i></p>	3
	<p><i>“Não ... não me deixam” (entrev.3)</i></p> <p><i>“Não ... não me deixam” (entrev.3)</i></p> <p><i>“Não não têm condições” (entrev.4)</i></p> <p><i>“Não ... não têm condições”(entrev.5)</i></p> <p><i>“Não” (entrev.6)</i></p> <p><i>“Não ... mas gostava ... é a minha família ...” (entrev.7)</i></p> <p><i>“Não não gosto do meu pai” (entrev.8)</i></p> <p><i>“Não” (entrev.9)</i></p> <p><i>“Não” (entrev.10)</i></p>	

Da análise da tabela 11 observa-se que aparecem 9 referências de não manterem contatos com os seus familiares. Em contrapartida encontra-se só 3 referências relativamente ao manter a ligação com os familiares. Como se pode perceber, algumas das crianças e jovens têm contatos esporádicos com a família mas demonstram que gostariam de contactar mais com a sua família biológica.

Após apresentação e análise desta categoria e com a descrição dos percursos de vida e contexto familiar dos participantes constata-se a ideia de vivências precoces de maus-tratos, violência, abusos, negligências, apesar de a maioria ter vivido em famílias de tipologia tradicional. A família biológica é uma referência fundamental para esta

população, ainda que se tenha verificado a ocorrência de maus-tratos ou mesmo que as condições económicas, sociais e emocionais, sejam caracterizadas por uma disfuncionalidade (Carvalho, 1999).

Mesmo nas famílias maltratantes, o vínculo familiar existe, transmitindo não só elementos negativos, mas também positivos, que devem ser contextualizados nos fenómenos de sobrevivência da família (Linares, 2002).

5.10. 2. Instituições de acolhimento

Das narrativas verifica-se que a maioria das crianças e jovens não têm uma ideia concreta sobre o momento da entrada na instituição.

“Mais ou menos” (entrev.2)

“Sim ... ao longe” (entrev.3)

“Não ... era muito “chavalo” ...” (entrev.4)

“Mais ou menos ...” (entrev.5)

“Um pouco ...” (entrev.6)

“um pouco” (entrev.7)

“Sim ...” (entrev.8)

“Mais ou menos” (entrev.9)

“Sim” (entrev.10)

Quanto à vida na instituição, a maioria da população apresentam algumas narrações favoráveis das suas vivências até aquele momento, receberam ajuda e afirmaram que se sentiam seguros nos locais.

“É uma casa de famílias ...” (entrev.1)

“... para quem não tem família ...” (entrev.1)

“Aqui estou protegidotenho um abrigo ... uma casa para ajudar quem sofre por causa dos pais posso aprender coisas” (entrev.2)

“mas é um sítio para onde vêm pessoas sem condições ... os pais não têm condições ...” (entrev.3)

“É um lar ... parecido que eu não tive” (entrev.4)

“É uma casa para ajudar quem precisa ...” (entrev.5)

“Ajuda crianças que passam dificuldades...” (entrev.6)

“É uma casa para ajudar crianças ...” (entrev.7)

“... para crianças que foram abandonadas...” (entrev.8)

““Tamos” aqui porque não podemos estar em casa ...” (entrev.9)

“É um lugar para mudarmos estarmos melhor ... sem os pais nos baterem ...” (entrev.10)

Simultaneamente verifica-se que alguns consideram as regras das instituições como inflexíveis ou impostas. Estas crianças e jovens comparam a **instituição com prisão**, e destacam a sua função corretiva, tais como:

“Não gosto das regras ... há muitas ... chateiam-nos ... sempre com as regras ...” (entrev.3)

“sinto-me presa ...” (entrev.8)

“com as regras ...” (entrev.9)

“Não gosto de estar “presa” ... fechada ... queria ser livre e ...” (entrev.10)

Da análise das entrevistas verifica-se que estes têm uma imagem negativa relativamente às outras crianças e jovens que vivem nas mesmas condições de pessoas estigmatizadas.

“... são acolhidas crianças que não têm pais ... nem outros familiares” (entrev.5)

“Ajuda crianças ...(...) ou foram abandonadas” (entrev.6)

“... porque foram abandonadas” (entrev.7)

“... somos umas coitadinhas ...” (entrev.9)

A maioria dos entrevistados sabe os motivos da sua institucionalização e o porquê do seu afastamento familiar, como se pode verificar das referências efetuadas pelos entrevistados.

“Porque a minha avó não conseguia cuidar de mim” (entrev.1)

“Porque os meus pais batiam-me ... tratavam-me mal não cuidavam de mim nem se preocupavam” (entrev.2)

“Eram maus para mim maltratavam-me.....” (entrev.3)

“Eram maus para mim ... não gostavam de mim ...” (entrev.4)

“... tratavam-me mal ... não gostavam de mim ...” (entrev.5)

“Sim não havia condições e fugi para a rua” (entrev.6)

“Por não cuidarem bem de mim ...” (entrev.7)

“Mau ambiente em casa ... dizem os da instituição ...” (entrev.8)

“Os meus pais não conseguiam cuidar de mim ... não havia condições ...” (entrev.9)

“Sei ... não cuidarem de mim e ... maltratar-me” (entrev.10)

Quanto às perceções no que respeita às suas relações com os funcionários da instituição, algumas crianças e jovens referem indiferença em relação aos funcionários não tendo uma relação significativa com nenhum adulto. É de realçar a falta de preocupação e o distanciamento emocional sentido pelas crianças e jovens, por parte dos funcionários.

Tabela 12 - Tipo de relacionamento com os funcionários

Dimensão	Narrativas	Frequência
Relação com os funcionários	<p><i>“Mais ou menos bem gosto de algumas pessoas” (entrev.4)</i></p> <p><i>“Alguns são “fixes” ... outros são “cortes” ...” (entrev.5)</i></p> <p><i>“Assim –assim ... quando não me “chateiam” “tá tudo na boa” ... e posso fazer o que eu quero senão zango-me ...” (entrev.6)</i></p> <p><i>“Mais ou menos tem dias” (entrev.7)</i></p>	4
	<p><i>“Alguns ... não se preocupam muito connosco ...” (entrev.1)</i></p> <p><i>“... não querem saber de nós” (entrev.1)</i></p> <p><i>“nem bem nem mal não gostam de nós ... nem se preocupam” (entrev.2)</i></p> <p><i>“Mal ... “tão” sempre a dar ordens ... a implicar” (entrev.3)</i></p> <p><i>“Mal, não gosto queria estar com a minha mãe” (entrev.8)</i></p> <p><i>“... eles não se preocupam connosco não gostam muito de mim ...” (entrev.8)</i></p> <p><i>“mais ou menos alguns são uns “cortes” ...” (entrev.9)</i></p> <p><i>“Mal ... não gosto que mandem em mim ...” (entrev.10)</i></p>	8

Este distanciamento emocional pode ser explicado por vários mecanismos:

- a) mecanismo de defesa dos funcionários, em que se instaura uma relação distante e longínqua, sendo apenas “técnicos”, pelo que a criança ou jovem não é investida afetivamente;

- b) falta de formação dos profissionais (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000; Linares, 2002);
- c) qualidades pessoais que não permitem ultrapassar as exigências do trabalho;
- d) condições laborais específicas, tais como: trabalhar em regime de tempo parcial (Department of Health, 1998), com uma multiplicidade de tarefas a cumprir (Whitaker, Archer & Hicks, 1998, cit por Martins, 2004), as condições de trabalho serem insatisfatórias, e/ou as remunerações serem baixas.

A Instituição constitui um espaço privilegiado para a garantia da sobrevivência das crianças e jovens. As próprias crianças reconhecem que a Instituição e as pessoas que trabalham são fontes de proteção.

Os resultados desta investigação são congruentes com os resultados dos estudos efetuados a nível nacional (Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2000; Instituto Segurança Social, 2007), que constata que os principais motivos da institucionalização prendem-se sobretudo com a negligência, alcoolismo, abandono, maus-tratos e carência económica.

Os resultados deste estudo parecem corroborar a ideia de que as crianças e jovens institucionalizados provêm sobretudo de contextos familiares onde predominam grandes carências socioeconómicas (Carvalho, 1999; Santos, 2004). Estas condições de desvantagem socioeconómica sobrepõem-se a uma interação familiar de contornos problemáticos, onde o abandono, os maus-tratos, a negligência e o alcoolismo são os traços mais fortes.

A instituição pode ter inúmeras potencialidades que são percebidas pelas crianças e jovens, nomeadamente o ser calorosa, através da satisfação das necessidades básicas de alimentação, acolhimento e proteção. Estes aspetos positivos devem-se à não satisfação dessas necessidades no contexto familiar. Por outro lado, pode ser promotora de relacionamentos positivos, através das relações entre pares e funcionários. Outra das potencialidades das instituições, embora não muito mencionado, é o de ser promotora do desenvolvimento pessoal, de um percurso académico e profissional.

Os aspetos negativos da instituição, mais referidos dizem respeito à ausência de afeto, compreensão, o facto de ter regras rigorosas e de ser fechada.

Nas instituições são assegurados um “afeto” e uma disponibilidade por parte dos profissionais enquanto “serviço”, racionais e racionalizados, sem relações de pertença, em que os adultos se defendem do investimento afetivo na criança, tão necessário à sua sobrevivência psíquica e ao seu desenvolvimento como ser humano. Estes técnicos e profissionais oferecem-se como modelos de referência asséticos, que se pretendem profissionalmente envolvidos e pessoalmente descomprometidos (Martins, 2002).

A descontinuidade dos laços afetivos, nas instituições, é muitas vezes, por falta de continuidade dos Recursos Humanos que trabalham nestas instituições (Taylor, 2004) o que faz com que as crianças e jovens sintam uma falta de apoio contínuo, e um sentimento mencionado nas entrevistas de “Alguns ... não se preocupam muito connosco ...” (entrev.1) “... eles não se preocupam connosco não gostam muito de mim ...” (entrev.8)

5.10.3. A rua

O pedir esmola pode ser considerado como uma prática corrente entre as crianças que permanecem na rua, ou para sobreviver ou para comprar algo para o qual os seus pais e a instituição não dão dinheiro, como se pode verificar pelas respostas dadas:

“... ter o que se quer ... tinha que me desenrascar ... pedindo ou roubando”
(entrev.3)

“... é preciso dinheiro para se ter o que quer ... roupas drogas arranjo prostituindo-me ...” (entrev.6)

mas é preciso ter dinheiro para o que eu quero ... coisas de rapariga ... droga álcool ... desenrasco-me roubo ... faço-me à vida ... então??? ” (entrev.8)

“... é preciso ter dinheiro ... eu?? “faço” a vida ... para ter dinheiro ... ter o que eu quero ...” (entrev.10)

Havendo casos de prostituição, com o objetivo de arranjar dinheiro

“... dinheiro ... arranjo prostituindo-me ...” (entrev.6)

“... *faço-me à vida ... então???* ” (entrev.8)

“... *eu?? “faço” a vida ... para ter dinheiro ...* ” (entrev.10)

Quanto à vida na rua, a maioria dos entrevistados apresentou referências a aspetos negativos e positivos. As respostas negativas mais frequentes relatam: violência, envolvimento com drogas e outros eventos de risco.

Tabela 13 - A vida nas ruas

Dimensão	Narrativas	Frequência
A vida nas ruas	<p>“... <i>às vezes é bom ...</i> ” (entrev.1)</p> <p>“<i>Divirto-me com os meus amigos ando por aí pelas ruas</i> ” (entrev.2)</p> <p>“<i>Sabe ... podemos “curtir” a todo o tempo....</i>” (entrev.2)</p> <p>“<i>Ando a passear com as amigas ... falamos ...</i>” (entrev.6)</p> <p>“<i>Às vezes é bom ...</i> ” (entrev.8)</p> <p>““<i>Tou</i>” <i>com os amigos ... bebo ... fumo ganzas para esquecer ...</i> ” (entrev.9)</p> <p>“<i>Às vezes é boa ... outras não ...</i> ” (entrev.9)</p> <p>“<i>Ando na rua ... falo com amigas ...</i> ” (entrev.10)</p> <p>“<i>Pode ser bom mas também mau ... é preciso ter dinheiro ... eu?? “faço” a vida ... para ter dinheiro ... ter o que eu quero ...</i> ” (entrev.10)</p>	9
	<p>“... <i>à noite é que pode ser mau ... aparecem os “gabirus” ... exigem dinheiro</i> ” (entrev.2)</p> <p>“<i>Às vezes é difícil ... é preciso ter dinheiro para sobreviver</i>” (entrev.3)</p>	

	<p><i>“sabe há alguns perigos ... pessoas drogas”</i> (entrev.4)</p> <p><i>“A rua tem coisas más”</i> (entrev.5)</p> <p><i>“É difícil é preciso dinheiro para se ter o que quer ... roupas drogas arranjo prostituindo-me ...”</i> (entrev.6)</p> <p><i>“É perigoso ... à noite tive medo ... por isso voltei ...”</i> (entrev.7)</p> <p><i>“mas é preciso ter dinheiro para o que eu quero ... coisas de rapariga ... droga álcool ... desenrasco-me roubo ... faço-me à vida ... então??? ”</i> (entrev.8)</p>	7
--	---	---

Da população entrevistada, para algumas crianças e jovens em risco deste estudo, a rua é um local de brincar, divertir-se, dormir, roubar, pedir dinheiro, o palco de todos os acontecimentos e emoções. Mas simultaneamente a rua é também um lugar perigoso e de se sentir medo. São estas contradições que marcam os sentimentos das crianças e jovens em relação a este espaço que em muitos momentos constitui-se como um dos principais meios de socialização e de existência para estas crianças e jovens.

As crianças na rua não pensam regressar à sua casa de origem, apesar de reconhecerem os perigos e as adversidades da rua e vêm a instituição como solução para a sua situação sem, no entanto, criarem laços afetivos. A falta de ligação afetiva torna-se prejudicial para estas crianças que permanecem na Instituição mas que não conseguem construir um projeto de vida com suporte cognitivo e afetivo capaz de garantir um futuro estável em sociedade. Como não conseguiram criar laços com a sociedade interna da própria Instituição, não são capazes de criar referências e hábitos psicossociais de se tornarem autónomos em sociedade.

Após a apresentação e discussão dos resultados obtidos no estudo empírico e a interpretação dos mesmos a partir da literatura destaca-se que as crianças vítimas de maus-tratos necessitam de cuidados especiais por parte de profissionais para ajudá-las no seu desenvolvimento psicossocial, sendo um desses profissionais o Psicólogo. Desta forma, o Psicólogo Social tem a função de atuar nos diversos aspetos: avaliar a criança e a sua

família através da análise da história de vida da criança; dar suporte emocional e acompanhá-la com o objetivo de proporcionar o seu crescimento pessoal saudável (Quintãns, 2009).

O Psicólogo Social deve fazer parte de uma equipa multidisciplinar, cujo trabalho do profissional deve suprir as necessidades básicas de alimentação e conforto da criança, mas sobretudo criar condições para a existência de um ambiente de apoio afetivo e atenuar as marcas dos maus-tratos da sua história de vida (Antoni e Koller, 2001).

Considerações Finais

Desenvolvemos um estudo sobre “O Desenvolvimento Psicossocial de Crianças e Jovens em Risco Institucionalizadas”. Nesta etapa do trabalho serão apresentadas as principais conclusões sobre esta temática, salientando algumas implicações para a intervenção individual assim como organizacional, bem como limitações do presente estudo e sugestões de futuras pesquisas.

Os maus-tratos e a institucionalização de crianças e jovens foi um tema relativamente “esquecido” no domínio científico até há pouco tempo. Nos últimos tempos verifica-se que esta área começa a despertar o interesse de alguns investigadores sobre a temática das crianças e jovens em risco.

Os maus tratos praticados a menores podem assumir formas variadas. O presente estudo permitiu conhecer essas formas de que, as crianças e jovens são, normalmente vítimas. As várias formas de maus-tratos vão desde abusos físicos, negligência, abusos psicológicos/emocionais até ao abandono. Os maus-tratos associam negligência com outras formas maltratantes praticadas às crianças e jovens. As outras formas, como o abuso físico, o psicológico, apesar de não serem as mais referenciadas, constituem formas de abuso frequentes contra crianças e jovens.

Dos aspetos analisados no percurso dos participantes, alguns foram considerados mais marcantes para o entendimento da problemática por serem transversais a todas as análises, como: o contexto familiar; o percurso nas instituições e a relação com a família.

Este trabalho de pesquisa permitiu verificar que as generalizações são arriscadas e que a vida é complicada para estas crianças. A presente investigação sobre os maus tratos e a proteção social das crianças e jovens procurou contribuir para um maior conhecimento da realidade, em especial no contexto social português. Ao nível dos maus tratos, o estudo deu bases para uma análise abrangente do problema que considera todas as modalidades ou formas maltratantes, os seus contextos familiares e sociais e os fatores que os determinam. Uma das dificuldades sentidas no trabalho foi a limitação a nível de bibliografia recente que abordasse o tema, na perspetiva dos seus objetivos. As publicações que encontrou abordavam o tema de uma forma histórica ou jurídica e não tendo por base a realidade

portuguesa. Poucos investigadores portugueses dedicaram-se a este tema e a literatura que encontrou em maior quantidade era relativa ao contexto brasileiro.

Da análise e reflexão do estudo empírico sobre as narrativas das crianças e jovens em situação de risco destaca-se a existência de uma história de vulnerabilidade familiar, quer ao nível dos processos de socialização, quer dos modelos de vinculação. Os dados do estudo realizado pela mestranda estão de acordo com os dados da literatura científica existente quando verificam que as crianças e jovens institucionalizados provêm sobretudo de contextos familiares onde predominam grandes carências sociais, afetivas e económicas (Carvalho, 1999; Santos, 2004; Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2000; Instituto Segurança Social, 2006). Outros estudos realizados (Carvalho, 2004; Taylor, 2004) verificaram a existência de disfuncionalidades familiares, ausência de relações afetivas positivas e diferentes formas de vitimização, que surgem cumulativamente no grupo de crianças e jovens em risco, parecendo existir uma sobreposição de fatores de risco das problemáticas vividas no meio de origem.

Outro dado proveniente da investigação é que a maior parte das crianças e jovens institucionalizados referiram que os contatos com a família, quando se verificam são esporádicos e sem uma estrutura temporal definida. Os entrevistados apresentam longos períodos de institucionalização, estas conclusões também são mencionadas no estudo do Ministério do Trabalho e Solidariedade de 2000.

No que respeita aos recursos humanos, ressalta uma falta de investimento por parte dos funcionários nas crianças a nível emocional, referindo-os como distantes. Estas crianças e jovens sentem a instituição como um local onde não lhes é proporcionado o afeto essencial para o desenvolvimento da sua autoestima e de uma vinculação segura.

Os resultados sugerem ainda que os entrevistados têm sentimentos ambivalentes em relação à sua institucionalização por um lado, a instituição representa um espaço físico seguro e de proteção, por outro, as suas regras são sentidas como demasiado “rígidas e inflexíveis”.

Cada criança constrói uma história particular que confirma a heterogeneidade psicossociológica, da qual fala Lucchini (2000, 2003) que leva a afirmar que não existe uma única modalidade de mau -trato.

O autor Montandon (2001) sugere que é trazendo a criança para o centro da investigação, entendendo-a como sujeito ativo da sua vida e de posse de um discurso próprio que a pesquisa pode avançar e contribuir de forma ativa para auxiliar as crianças. Neste sentido, é importante o papel da psicologia em se inserir no debate acerca do estatuto epistemológico da criança e jovem vítima de maus-tratos.

Esta forma de ver as coisas significa um avanço qualitativo na compreensão da infância, no que propõe apreender a criança não como um vir a ser, mas como sujeito pleno que se realiza e atualiza no presente. Desta forma, estudar a criança a partir da cultura e dos saberes que ela constrói na interação com seus pares e com os adultos parece ser um caminho para o desenvolvimento.

A partir dos resultados encontrados foi possível obter uma imagem da situação das crianças em Portugal com a ajuda das narrativas dos entrevistados. Os percursos de vida destas crianças demonstram a diversidade dos aspetos envolvidos na realidade familiar e da vitimização. As trajetórias de vida das crianças trouxeram questões sobre algumas semelhanças e diferenças entre as crianças que vivem em situação de risco.

O universo da rua é muito complexo, e para o entender é preciso compreender o poder “atrativo” que a rua exerce sobre estas crianças e jovens. A literatura descreve esta população como jovens que utilizam o espaço da rua para obtenção de recursos para sua subsistência ou como local de permanência.

Toda a investigação é um meio para conhecer, refletir e acrescentar informação em determinada área do saber. Espera-se que este trabalho possa ter contribuído para um maior conhecimento nesta área e que suscite questões ou sugestões para futuras pesquisas na área da Psicologia Social.

Com este estudo sugere-se para futuras pesquisas: deveria proceder-se a um aumento da amostra, realizando um estudo longitudinal, em que se entrevistassem crianças e jovens no momento de entrada na instituição, durante o período de institucionalização, no momento da saída da instituição e de integração no mercado de trabalho.

Outra sugestão que a mestranda deixa é da possibilidade de se vir a poder entrevistar os diversos intervenientes na institucionalização da criança e jovens como: a sua família de origem, tribunais, comissão de proteção de menores, técnicos de ação social, sociólogos, e psicólogos. Equipas multidisciplinares intervenientes no processo de institucionalização e

saída institucional. A conjugação dos dados provenientes dos vários intervenientes forneceria um conjunto de informações mais amplo assim como proporcionaria uma melhor compreensão acerca desta realidade – crianças e jovens em risco institucionalizadas.

As sugestões apresentadas para futuras pesquisas advêm das limitações sentidas pela mestrandia, no presente estudo. Espera-se que novos trabalhos nesta temática possam surgir e contribuir para adquirir e aprofundar novos conhecimentos sobre este tema.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. de. (2009). A criança e os maus tratos. *Jornal Sim informativo*. Brasil. Obtido de <http://www.simjornal.com.br/psicologia/a-crianca-e-os-maus-tratos>.
- Ainsworth, M. Bell, S. & Stayton, D. (1979). Individual differences in Strange Situation behavior of one year olds. In H. Schaffer (Ed.), *The origins of human social relations*. London: Academic Press.
- Alberto, I. (2004). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra. Almedina.
- Ana Maria Monte Coelho Frota. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol.7 nº1, Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. pp 147-160.
- Andreoli, V. (2003), "Do Lado das Crianças." Biblioteca dos Pais, Editora Âmbar.
- Antoni, C.; Koller, S. H. (2001). O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia, Ciência e Profissão*, vol.21, n.1. Brasília. Conselho Federal de Psicologia. pp. 14-29.
- Ariés, P. (1978). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Becker, H. S. (1963). *Outsiders. Études de sociologie de la déviance*. Paris. Métailié.
- Benavente, R.C. da Silva. (2007). *Fatores de mudança nas representações da vinculação em crianças de famílias de alto-risco*. Doutorado em Psicologia Clínica. Universidade de Lisboa. (não publicada).
- Benetti, S.P.C. (2002). Maus tratos da criança: uma abordagem preventiva. In HUTZ, C.S. (Org.) *Situações de risco e vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Berger, P. & Luckman, T. (2002). *A construção social da realidade*. Petrópolis. Vozes.
- Bernardes, J. S. (1999). História. In Jacques, M. G. C. *Psicologia Social contemporânea*. Petrópolis. Vozes.

- Bizarro, L. (1999). O bem-estar psicológico durante a adolescente. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Psicologia. (Não publicada).
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto. Porto Editora.
- Boumard, P. (1999). O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. Revista de Psicologia social e institucional. Vol.1. Nº2. retirado em Maio de 2012 de <http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/vol1n2.htm>
- Bowlby, J., (1979). The making and breaking of affectional bonds. London. Routledge.
- Browne, K.D. (1998) The nature of child abuse and neglect: an overview. In K. Browne; C. Davis & P. Strattion (Eds) Early predation and prevention of child abuse. Chichesyter: Wiky.
- Calheiros, M. (2002). A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico. Tese de Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa. ISCTE. (Não publicado).
- Campos, T. N., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2000). Surviving in the streets: social skills and values of children and adolescents. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 13 nº 3. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. pp 517–527.
- Canha, Jeni (2000), “A Criança Maltratada.” Coleção Teses, Edição Quarteto.
- Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In R. Abrunhosa & C. Machado (Coords.), Violência e Vítimas Crimes, Vol. 2 – Crianças. (pp.13-36) Coimbra: Quarteto Editora
- Carvalho, M. (1999). Um passado, um presente, que futuro? Desvio e delinquências juvenis: aspirações e expectativas pessoais, escolares e profissionais de jovens em 169 regime de internamento em Colégio do instituto de Reinserção Social. In. Infância e Juventude, 4, 9-148.

- Carvalho, M. (2004). Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências. In VIII Congresso Luso- Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais.
- Casas, F. (1988). Las Instituciones residenciales para la atención de chicos y chicas en dificultades socio-familiares: apuntes para una discusión. *Menores*. Vol.10. pp 37-50.
- Casas, F. (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- Christensen, P.& Prout, A. (2002). Working With ethical symmetry in social research with children. *Childhood. A Journal of Global Child Research*. Vol. 9. nº4. pp 447-497.
- Cicchetti, D., Toth, S. L.,& Lynch, M. (1995). Bowlby's dream comes full circle: The application of attachment theory to risk and psychopathology. In *Advances in clinical child psychology*. T. H. Ollendick & R., J. Prinz (Eds.). Vol. 17. pp. 1-75. New York. Plenum Press
- Cicchetti, D. (1996). Child maltreatment: Implications for developmental theory and research. *Human Development*. Vol. 39. pp 18-39.
- Cicchetti, D. (2002). The impact of social experience on neurobiological system: illustration from a constructivist view of child maltreatment. *Cognitive Development*. Vol. 17. pp 1407-1428.
- Código Civil Português (1990).Coimbra: Almedina.
- Cohn, C. (2005). *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- Comissão Nacional de Proteção e Jovens em Risco/Instituto para o Desenvolvimento Social. (2000). Tipologia das situações de perigo. Retirado em Março de 2012 de http://www.cnpcejr.pt/preview_documentos.asp?r=435&m=PDF
- Comissão Nacional de Proteção e Jovens em Risco/Instituto para o Desenvolvimento Social. (2004). Avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens em 2003. Retirado em Março de 2012 de http://www.cnpcejr.pt/preview_documentos.asp?r=435&m=PDF
- Comissão Nacional de Proteção e Jovens em Risco/Instituto para o Desenvolvimento Social. (2009). Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e

Jovens em 2008. Retirado em Março de 2012 de http://www.cnpcejr.pt/preview_documentos.asp?r=435&m=PDF

Convenção dos Direitos da Criança (1989). Retirado em Abril de 2012 de http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianças2004.pdf.

Deslandes, S. (1994). Atenção à criança e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. V.10, nº1, pp.177-187.

Esteves, A. J., (1998) Metodologias qualitativas, perspetivas gerais. In Azevedo, J. (org). *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*. Porto. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Farr, R. M. (2001). *As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. 4ªed. Petrópolis. Vozes.

Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a Rua. Uma interpelação à Psicanálise*. Belo Horizonte. Autêntica.

Ferreira, F. P. M. (2009). *Trabalho de Crianças e Adolescentes nas ruas: o caso de minas gerais*. Faculdade de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora. Brasil. *Libertas On-Line*. Vol. 9. Nº1.

Figueiredo, B. (1998). *Psicologia: Teoria, investigação e prática. Maus Tratos às Crianças e ao Adolescente (I): Situação e Enquadramento da Problemática*. Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Vol.3. nº1. Lisboa. pp.5-19.

Fonseca, A. (2002). *Comportamento Anti - Social e Família: uma abordagem científica*. Almedina, Coimbra.

Fonseca, A. (2004). *Comportamento Anti-social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*. Coimbra: Almedina.

Frota, A. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Vol. 7. Nº1. pp 147–160.

- Gabel, M. (2000). L'importance, les causes et les effets de la judiciarisation de la protection de l'enfance en danger. *Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence*. N°48. pp 508-512.
- Garbarino, J., Guttman, E. & Seeley, J. (1986). *The psychologically battered child-strategies for identification, assessment and intervention*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Gardner, L. (1972). Deprivation dwarfism. *Scientific American*. N° 227. pp 76-82.
- Giddens, A., (2001) *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (2003). *A representação do eu na vida quotidiana*. 11ªEd. Petrópolis. Vozes.
- Grossmann, K., Grossmann, K. & Kindler, H. (2005) *Early Care and the Roots of Attachment and Partnership Representations*: In K., Grossmann, K., Grossmann, E., Waters (Eds.); *The Bielefeld and Regensburg Longitudinal Studies*. IN *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 98-136). New York: Guilford Publications.
- Guareschi, N. M. F.; Bruschi, M. E. (Orgs.) (2003). *Psicologia social nos estudos culturais. Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis. Vozes.
- Gustafson, T. B. & Sarwer, D. B. (2004). Childhood sexual abuse and obesity. *Obesity reviews*. N°5. pp 129-135.
- Heywood, C. (2004). *Uma história da infância*. Porto Alegre. Arte
- Hoffman-Plotkin D, Twentyman CT (1984), A multimodal assessment of behavioral and cognitive deficits in abused and neglected preschoolers. *Child Dev* 55:794-802
- Instituto Nacional de Estatística. (2004a). *A propósito do Dia Mundial da Criança*. INE. Lisboa.
- Instituto para o Desenvolvimento Social. Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Crianças e Jovens que vivem em Lar. Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*.
- Instituto da Segurança Social. (2006) *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização Sumária. Instituições de Acolhimento*. (pp. 1-21).
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2007). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização Sumária. Instituições de Acolhimento 2007*. 1-21. In. http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=1117&m=PDF.

- Khulmann Jr, M. (1998). *Infância e educação infantil-uma abordagem histórica*. Porto Alegre. Mediação.
- Knutson, J. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: Putative risk factors and consequences. *Annual Revue of Psychology*, 46, 401-431.
- Lacan, J. (1981), “A Família.” *Colecção Pelas Bandas da Psicanálise*, 2ª Edição, Editora Assírio e Alvim.
- Laplatine, F. (2004). *A descrição etnográfica*. São Paulo. Terceira Margem.
- Linares, J. (2002). El maltrato institucional. In Linares J.L. (Ed), *Del abuso Y otros desmans. Paidós*. pp 81- 109.
- Lopes, M. A. (1993). Os pobres e a assistência pública. In j. Mattoso (Dir) *História de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores. Vol. V. pp. 503-507.
- Lopes, M. A. (2004). Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. In *crianças e jovens em risco. Da investigação à intervenção/M. Helena Damião da Silva [et all] Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Almedina. pp 37-63.
- Lucchini, R. (2000). A criança da rua: Realidade complexa e discursos redutores. *Revista Infância e Juventude*. Vol. 1, pp 9-44.
- Lucchini, R. (2003). *Vida nas Ruas. Crianças e adolescentes nas ruas trajetórias inevitáveis? - A Criança em situação de rua: uma realidade complexa*. Rio de Janeiro. PUC-Rio.
- Lucchini,R. (2003). *A criança em situação da rua: uma realidade complexa*. Em I. Rizzini (Coord), *Vida nas ruas: Crianças e Adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. pp.45-86.
- Machado, C. & Abrunhosa, R. (2002). *Violência e Vítimas de Crimes – Crianças*. Vol.2. Edições Quarteto. Coimbra.
- Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens – Guia prático para profissionais*. Saúde e Sociedade nº13. Coimbra. Quarteto.
- Magalhães, Teresa (2004), *Maus Tratos em Crianças e Jovens*, Coimbra, Quarteto Editora.

- Manly, J., Cicchetti, D. & Barnett, D. (1994). The impact of subtype, frequency, chronicity, and severity of child maltreatment on social competence and behavior problems. *Development and Psychopathology*.
- Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens: para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares. (2006). Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social. Edição do Instituto da Segurança Social, IP.
- Martins, R. A. (1996a). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Brasil. Vol. 9. pp 101-122.
- Martins, R. A. (1996b). Crianças e adolescentes em situação de rua: Definições, evolução e políticas de atendimento. Em S.H: Koller (Org.). *Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida*. Porto Alegre. Associação Nacional de pesquisa e Pós- graduação em Psicologia. pp.35-44.
- Martins, P. (2002). *Maus Tratos a Crianças – O Perfil de um Problema*. Coleção Infans, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Martins, P. (2004). *Proteção de Crianças e jovens em Itinerários de Risco. Representações, Espaços e Modos*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- McGee, R., & Williams, S. (2000). Does low self-esteem predict health compromising behaviors among adolescents?. *Journal of Adolescence*. Nº23. Pp569-582.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Retirado em Março de 2012 de http://spartan.ac.brocku.ca/~lward/Mead/pubs2/mindself/Mead_1034_toc.html
- Meadow, R. (1989). *Epidemiology*. In Meadow, R., *ABC of Child Abuse*. London. pp.1-4.
- Migueléz, M. M. (2005?). *La Etnometodologia y el Interaccionismo Simbólico. Sus aspectos metodológicos específicos*. Recuperado em Março de 2011. <http://prof.usb.ve/miguelm/laetnometodologia.html>.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Lares de Crianças e Jovens/Crianças e Jovens que Vivem em Lar*. Lisboa. Instituto para o Desenvolvimento Social.

- Montandon, C. (2001). Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. Cadernos de pesquisa. Faculdade de Psicologia e das Ciências da 'Educação. Universidade de Genève. Nº 112. pp 33-60.
- Oliveira, A. & Oliveira. J. (1994). Psicologia da Educação Familiar. Coimbra. Livraria Almeida.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2001). O Mundo da Criança. Lisboa. Edições Mcgraw Hill.
- Pereira, (2001). Sucesso Escolar: Importância da Colaboração Escola-Família. Monografia não Publicada. Leiria. Instituto Superior de Leiria.
- Quitãns, Cláudia R.Pereira. (2009). Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização. Tese de Mestrado na área de Especialização em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho.
- Rafaelli, M. (1996). Crianças e adolescentes de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist? Psicologia: Reflexão e crítica. Brasil. Vol. 9. pp 123-128.
- Ramos, M. (2003). Família e Adaptação Escolar. Tese de Mestrado não Publicada, Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Reis, V. J. O. (2009). Crianças e Jovens em Risco (contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco). Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Coimbra. Universidade de Coimbra.
- Remédios, C, I. F.R.N. (2010). O Bem-Estar Psicológico e as Competências Pessoais e Sociais na Adolescência. Tese de Mestrado integrado em Psicologia (não publicada). Universidade de Lisboa.
- Sampaio, D. (1994), "Inventem-se Novos Pais." 2ª Edição, Editorial Caminho.
- Sandomingo, j. (1998). Centros de menores, de ontem a hoxe. Santiago de Compostela. Xunta de Galicia.
- Santana, J. P. (2007, Dezembro 19). Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida : uma investigação participativa com crianças em situação de rua. Doctoral Thesis. Obtido 10 de Abril de 2012, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8162>.

- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Koller, S. H. (2010). Trajetória de vinculação institucional de crianças e adolescentes em situação de rua. In: Morais, N. A., Neiva-Silva, L. e Koller, S. H. Endereço desconhecido. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, A. (2004). Estilos Educativos Parentais, Desempenho Escolar e Comportamentos dos Alunos. Tese de Mestrado não Publicado. Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Santrock, John W. (2003). Adolescência. LTC-Livros Técnicos e Científicos. (8ed) Rio Janeiro. Editora S.A.
- Sarmiento, M. (2000). “O que cabe na mão ...”. Proposições para uma política integrada da infância. In: Rodrigues, D. (Org.). Perspetivas sobre a inclusão: da Educação à Sociedade. Porto. Porto Editora.
- Sarmiento, M.J. (2002). Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. Educação e Sociedade. Nº23. Vol78. pp265-283.
- Sato, L. & Souza, M.P.R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. Psicologia USP. Nº12. 2º vol. XX-XX.
- Sciliar, Moacyr.(1995). Um país chamado infância. São Paulo. Àtica.
- Silva, E. R., & Mello, S. G. (2004). Contextualizando o «Levantamento nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada». In IPEA/Conanda. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para as crianças e adolescentes no Brasil. Brasília. Ipea.
- Silva, E. R. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/Conanda.
- Silva, Maria da Gloria Silva e. (2007). Psicologia e Educação, livro didático, Palhoça, Ed. Unisul Virtual. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAALrgAH/psicologia-relatorio-estagio-psicologia-escolar#ixzz21a5Q9Rye>
- Sirota, R. (2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de pesquisa. Nº112. pp. 7-31.

- Soares, N. (1998). Outras infâncias ... a situação das crianças atendidas numa Comissão de proteção de menores (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica). Braga. Instituto de Estudos da Criança.
- Spitz, R. (1950). Anxiety in infancy: A study of its manifestations in the first year of life. The International Journal of Psycho-Analysis. Vol. 21. pp 138-143.
- Sprinthall, N. (2008). Psicologia do Adolescente: Uma Abordagem Desenvolvimentista (4ª ed.). Lisboa. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Strauss, A.L. (1999). Espelhos e Máscaras. São Paulo. Editora USP.
- Strecht, P. (1997), "Crescer Vazio." Editora Assírio e Alvim
- Taylor, C. (2004). Justiça para Crianças Integradas no Sistema de Proteção. Infância e Juventude. Nº1. pp 56-77.
- Tomás, C. & Fonseca. (2004). Crianças em perigo: O papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. Revista de Ciências Sociais. Vol. 47. pp 383-408.
- Vala, J. (1986). A análise de Conteúdo. In A. Santos Silva, & J. Madureira Pinto (Orgs.). Metodologia das Ciências Sociais, Porto. Afrontamento.
- Vala, J. (Eds.). (2003). Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal. Oeiras: Celta.
- Vygotsky, L. S. (2003). A formação social da mente. 6ªed. São Paulo. Martins Fontes.
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., Van IJzendoorn, M.,Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: a follow-up study. Journal of Child Psychology, 47, 1246-1253.177
- White, W.F. (2005). Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro. Zahar.
- Winnicott, D.W. (2005). Privação e Delinquência. (4º ed). São Paulo. Martins Fontes.
- Wolfe, T. (1991). Abuso da criança e do adolescente. Entrevista Clínica e Diagnóstica. Porto Alegre. Artes Médicas.
- World health Organization (2007). The World Health Report. Retirado em Novembro de 2011 de www.who.int/publications/en Referências Bibliográficas

Endereços Internet consultados:

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - www.cnpcjr.pt

Diário da República Eletrónico – www.dre.pt

Legislação:

Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de Outubro. *Diário da República. Nº248 - Série I.* Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de Maio. *Diário da República. Nº 113 Série I- A.* Ministério da Justiça

Lei 147/99 de 1 de Setembro. *Diário da República. Nº204 Série I- A* Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Decreto-Lei nº147/99 de 1 de Setembro. *Diário da República. Nº204 Série I- A.* Assembleia da República

Decreto-Lei nº166/99 de 14 de Setembro. *Diário da República. Nº215, Série I- A.* Assembleia da República.

Decreto-Lei nº308-A/2007 de 5 de Setembro. *Diário da República. Nº171. Série I, Suplemento.* Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Despacho nº 31292/2008 de 5 de Dezembro. *Diário da República. Nº236. Série II.* Ministério da saúde.

ANEXOS

Anexo 1

Guião de Entrevista

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade:

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R:

2 - Moravam todos na mesma casa?

R:

3 - Gostas da tua família?

R:

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R:

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre

R:

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R:

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R:

8 - Sabes porque estás na instituição?

R:

9 - Gostas de viver aqui?

R:

10 – O que pensas da instituição?

R:

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R:

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R:

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R:

14 – Como é viver/estar na rua?

R:

15 - Costumas visitar a tua família?

R:

Muito Obrigada pela tua colaboração

Adaptado tendo como Fonte: Benavente, Renata (2007);

Santana, Julian (2007);

Quintãns, Cláudia (2009)

Anexo 2

Entrevista N°1

Sexo: (X) Masculino () Feminino

Idade: 17 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Avó e 4 irmãos os meus pais morreram fiquei a viver com a minha avó

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Sim

3 - Gostas da tua família?

R: Sim

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: Eu não era um menino assim ... mal comportado ... mas a minha avó já estava velha ... e não tinha paciência

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre

R:Quando os meus pais morrerem ... foi opior

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 10 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Sim

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Sim ...Porque a minha avó não conseguia cuidar de mim não tinha condições

9 - Gostas de viver aqui?

R: Sim

10 – O que pensas da instituição?

R: É uma casa de famílias ... para quem não tem família ...

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Não

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Alguns ... não se preocupam muito connosco ... não querem saber de nós

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: ando por aí ...

14 – Como é viver/estar na rua?

R: É sempre igual ... às vezes é bom ...

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Sim ... de vez em quando tou com a minha avó ...

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°2

Sexo () Masculino () Feminino

Idade: 12 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Pais e irmão

2 - Moram todos na mesma casa?

R: Morávamos até aos 8 anos

3 - Gostas da tua família?

R: Sim ... mais ou menos

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: Mal, batiam-me ... andava sozinho ... com amigos pelas ruas depois fui tirado aos meus pais ... pela polícia que foi lá casa

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: tirarem-me de casa podia fazer o que me apatecia ...

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R:4 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Mais ou menos foi ... um bocado mau

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Porque os meus pais batiam-me ... tratavam-me mal não cuidavam de mim nem se preocupavam

9 - Gostas de viver aqui?

R: Mais ou menos

10 – O que pensas da instituição?

R: Aqui estou protegidotenho um abrigo ... uma casa para ajudar quem sofre por causa dos pais posso aprender coisas

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R:Não

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: ... (risos) nem bem nem mal não gostam de nós ... nem se preocupam

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Divirto-me com os meus amigos ando por aí pelas ruas

14 - Como é viver/estar na rua?

R: Sabe ... podemos “curtir” a todo o tempo ... à noite é que pode ser mau ... aparecem os “gabirus” ... exigem dinheiro

15 - Costumas visitar a tua família?

R:Sim ... de vez em quando

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°3

Sexo (**X**) Masculino () Feminino

Idade: 12 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Os pais adotivos do meu pai e o meu pai

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Sim

3 - Gostas da tua família?

R: Sim

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: Sofri muitos maus-tratos batiam-me e assim

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: Alegre quando me tiraram de casa assim não me batiam mais

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 9 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Sim ... ao longe

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Eram maus para mim maltratavam-me.....

9 - Gostas de viver aqui?

R: Gosto

10 – O que pensas da instituição?

R: Não gosto das regras ... há muitas ... chateiam-nos ... sempre com as regras ... mas
é um sítio para onde vêm pessoas sem condições ... os pais não têm condições ...

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Sim por causa das regras não gosta de algumas são palermas ... chatas ...

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Mal ... “tão” sempre a dar ordens ... a implicar

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: “curto” o tempo ... gosto de fazer o que me dá na gana ...

14 - Como é viver/estar na rua?

R: Às vezes é difícil ... é preciso ter dinheiro para sobreviver ... ter o que se quer ...
tinha que me desenrascar ... pedindo ou roubando (risos)

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Não ... não me deixam

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°4

Sexo (**X**) Masculino () Feminino

Idade: 14 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: O meu pai e a minha mãe

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Sim

3 - Gostas da tua família?

R: Não ... “tou” zangado com eles ... como eles me tratavam

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: Os meus pais eram alcoólicos ... os dois ... e ... depois batiam-me ...e não havia nada “p’ra” comer ... passei fome

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: Quando eles bebiam e depois “pimba” em cima de mim

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 9 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Não ... era muito “chavalo” ...

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Eram maus para mim ... não gostavam de mim ...

9 - Gostas de viver aqui?

R: Sim.... gosto ...

10 – O que pensas da instituição?

R:É um lar ... parecido que eu não tive

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Não

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Mais ou menos bem gosto de algumas pessoas

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Ando por aí

14 - Como é viver/estar na rua?

R: Mais ou menos sabe há alguns perigos ... pessoas drogas

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Não não têm condições

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista Nº5

Sexo (**X**) Masculino () Feminino

Idade: 16 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Tenho pai ... mãe ... mas vivi com um casal que tomava conta de mim ...

2 - Moram todos na mesma casa?

R: Morávamos ... agora não ...

3 - Gostas da tua família?

R: Não sei nunca pensei ...

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: A minha mãe era alcoólica ... o meu pai batia-me batia-me e ameaçava-me e à minha mãe com facas ... não gostavam de mim

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: Quando via o meu pai bater na minha mãe e sabia que depois “calhava” a mim ...

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 6 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Mais ou menos

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: tratavam-me mal ... não gostavam de mim

9 - Gostas de viver aqui?

R: Mais ou menos

10 – O que pensas da instituição?

R: É uma casa para ajudar quem precisa ... são acolhidas crianças que não têm pais ... nem outros familiares

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Não

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Alguns são “fixes” ... outros são “cortes”

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Ando por aí ... não posso é ficar na rua muito tempo senão ralham ... tenho que voltar para a instituição

14 - Como é viver/estar na rua?

R: A rua tem coisas más

15 - Costumas visitar a tua família?/Tens contato com a tua família?

R: Não ... não têm condições

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°6

Sexo () Masculino (X) Feminino

Idade: 15 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Pais e 3 irmãs

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Sim

3 - Gostas da tua família?

R: Sim

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: A minha mãe era alcoólica ... depois o meu pai e uma irmã adoeceram a minha mãe tratava-me mal ... batia-me muito fugi de casa ...

5 -Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: A doença do meu pai e irmã ...

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 4 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Um pouco ...

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Sim não havia condições e fugi para a rua

9 - Gostas de viver aqui?

R: Assim - assim

10 – O que pensas da instituição?

R: Ajuda crianças que passam dificuldades ... pais que não têm condições ... ou foram abandonadas

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Sim uma vez para fazer o que eu quero ter dinheiro meu tive na “prostituição” ...

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Assim –assim ... quando não me “chateiam” “tá tudo na boa” ... e posso fazer o que eu quero senão zango-me

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Ando a passear com as amigas ... falamos vemos coisas

14 - Como é viver/estar na rua?

R: É difícil é preciso dinheiro para se ter o que quer ... roupas drogas arranjo prostituindo-me

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Não

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°7

Sexo () Masculino (X) Feminino

Idade: 13 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Pais e 4 irmãs

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Sim

3 - Gostas da tua família?

R: Sim

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: A minha mãe ... e o meu pai ... não se preocupavam comigo falavam mal para mim ... tratava-me mal

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: A minha família não gostar de mim

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 4 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: um pouco

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Por não cuidarem bem de mim ...

9 - Gostas de viver aqui?

R: Mais ou menos ...

10 – O que pensas da instituição?

R: É uma casa para ajudar crianças ... porque os pais não têm condições ou porque foram abandonadas

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Já 1 vez uma noite ... e depois voltei

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Mais ou menos tem dias

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Andei por aí ...

14 - Como é viver/estar na rua?

R: É perigoso ... à noite tive medo ... por isso voltei ...

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Não ... mas gostava ... é a minha família ...

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°8

Sexo () Masculino (X) Feminino

Idade: 12 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Pais e 2 irmãos

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Não

3 - Gostas da tua família?

R: Mais ou menos

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: A minha mãe tinha vários namorados que iam lá casa depois ela fugiu o meu pai começou a beber e ... ficou alcoólico batia-me muito ... fugi de casa fui obrigada a voltar para a casa do meu pai ... ele não me deixava ver a minha mãe ... um dia ... mandei uma cabeçada num vidro depois a Segurança Social veio buscar-me ...

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste?

R: Quando a minha mãe fugiu de casa ...

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 3 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Sim ...

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Mau ambiente em casa ... dizem os da instituição

9 - Gostas de viver aqui?

R: Não ... sinto-me presa ...

10 - O que pensas da instituição?

R: para crianças que foram abandonadas ... é bom ...

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Sim para ir para a rua prostituiçãopara ter dinheiro

12 - Como é que te relacionas com as pessoas da instituição?

R: Mal, não gosto queria estar com a minha mãe eles não se preocupam connosco
.... não gostam muitos de mim

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Ando ... divirto-me

14 - Como é viver/estar na rua?

R: Às vezes é bom ... mas é preciso ter dinheiro para o que eu quero (risos) coisas de rapariga ... droga alcool ... desenrasco-me roubo ... faço-me à vida ... então???

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Não não gosto do meu pai

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N° 9

Sexo () Masculino (X) Feminino

Idade: 13 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Pais e 3 irmãos

2 - Moravam todos na mesma casa?

R: Sim

3 - Gostas da tua família?

R: Não

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: O meu pai era maluco esquizofrénico a minha mãe era alcoólica era uma confusão gritavam ... batiam-me ... os dois ... não havia comida nem roupa para vestir “tava” tudo sujo e desarrumado

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: Não gostava da confusão que havia em casa

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 7 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Mais ou menos

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Os meus pais não conseguiam cuidar de mim ... não havia condições

9 - Gostas de viver aqui?

R: Mais ou menos

10 – O que pensas da instituição?

R: “Tamos” aqui porque não podemos estar em casa somos umas coitadinhas para ... os outros

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Já ... uma vez

12 - Como é que te relacionas com as pessoas com as pessoas da instituição?

R: mais ou menos alguns são uns “cortes” com as regras

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: “Tou” com os amigos ... bebo ... fumo ganzas para esquecer

14 - Como é a vida na rua?

R: Às vezes é boa ... outras não ...

15 - Costumas visitar a tua família?/Tens contato com a tua família?

R: Não

Muito Obrigada pela tua colaboração

Entrevista N°10

Sexo () Masculino (**X**) Feminino

Idade: 13 anos

A-Família

1 - Quem faz parte da tua família?

R: Pais e 3 irmãs

2 - Moram todos na mesma casa?

R: Não ... primeiro vivi com o meu pai depois fui para a minha mãe e padrasto

3 - Gostas da tua família?

R: Assim-assim mais ou menos

B-Eventos de vida/Maus -Tratos

4 - Como é que eles te tratavam?

R: A minha mãe era alcoólica ... e ... “dáva” para comermos cerveja ... ou vinho com açúcar ... quando ela morreu o meu padrasto começou a beber mais e ... batia-me e tratava-me mal

5 - Conta um episódio que aconteceu que te deixou triste/alegre?

R: A morte da minha mãe ...tudo mudou

C-Instituição

6 - Há quanto tempo vives na instituição?

R: 5 anos

7 - Lembras-te quando chegaste à instituição?

R: Sim

8 - Sabes porque estás na instituição?

R: Sei ... não cuidarem de mim e ... maltratar-me

9 - Gostas de viver aqui?

R: Mais ou menos

10 - O que pensas da instituição?

R: É um lugar para mudarmos estarmos melhor ... sem os pais nos baterem

11 - Já fugiste da instituição? Porquê?

R: Já ... 2 vez ... Não gosto de estar “presa” ... fechada ... queria ser livre e ... feliz ... ter uma família a sério

12 - Como é que te relacionas com as pessoas com as pessoas da instituição?

R: Mal ... não gosto que mandem em mim

D-Rua

13 - O que fazes quando estás na rua?

R: Ando na rua ... falo com amigas

14 - Como é viver/estar na rua?

R: Pode ser bom mas também mau ... é preciso ter dinheiro ... eu?? “faço” a vida ... para ter dinheiro ... ter o que eu quero

15 - Costumas visitar a tua família?

R: Não

Muito Obrigada pela tua colaboração